



CONEXÕES SUSTENTÁVEIS
SÃO PAULO → AMAZÔNIA

Quem se beneficia com a destruição da Amazônia

INICIATIVA
Fórum Amazônia Sustentável
Movimento Nossa São Paulo

EXECUÇÃO
Papel Social
Repórter Brasil

Outubro de 2008

Expediente

Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia Quem se beneficia com a destruição da Amazônia

Esta pesquisa é uma iniciativa do Fórum Amazônia Sustentável e do Movimento Nossa São Paulo

Execução

ONG Repórter Brasil e Papel Social Comunicação

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto e Marques Casara

Reportagem e pesquisa

André Campos, Carlos Juliano Barros e Marques Casara

Colaboraram

Ana Iervolino, Antônio Biondi, Bianca Pyl, Iberê Thenório, Marco Sayão Magri, Maurício Hashizume, Maurício Monteiro Filho, Paola Bello e Verena Glass

Direção de Arte

Gustavo Monteiro

Infografia

Pingado Sociedade Ilustrativa

Fotografias sem créditos

André Campos, Carlos Juliano Barros, Leonardo Sakamoto e Sérgio Vignes

Agradecimentos

A realização desta pesquisa não seria possível sem a inestimável contribuição de dezenas de pessoas e instituições tanto em São Paulo quanto na Amazônia

Índice

Apresentação	4
Um deserto verde?	7
Mais boi que gente	10
Madeira sem lei	18
Ouro em grão	27
Investimento de risco	37
Considerações finais	42
Glossário	43

Linha de fogo avança sobre a
vegetação nativa preparando
terreno para a agropecuária



Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?

Um grande fluxo de negócios liga São Paulo à Amazônia brasileira. Do Sul seguem investimentos e mercadorias. Do Norte vêm matérias-primas, energia e outros produtos essenciais à sobrevivência da maior cidade do país. No entanto, não há dúvidas de que o modelo de exploração atualmente em marcha em um dos mais ricos ecossistemas do mundo ameaça seriamente a sua própria sobrevivência.

Se a floresta e seus povos têm sofrido com impactos perversos ao longo das últimas décadas, a exploração não sustentável da Amazônia aumenta o lucro de empresas nacionais e estrangeiras, e alimenta o consumo desenfreado das grandes metrópoles brasileiras, principalmente a capital paulista. Nesse sentido, não há como divorciar a destruição desse rico bioma da dinâmica de funcionamento do maior centro urbano e produtivo do país.

Durante meses, os jornalistas envolvidos nesta pesquisa percorreram milhares de quilômetros pela Amazônia para verificar a situação dos impactos sociais e ambientais causados pelo avanço da agropecuária e do extrativismo sobre a floresta. Avanço que está diretamente relacionado com as demandas da maior cidade da América do Sul. Através de um longo trabalho de investigação, foram identificados exemplos de empresas que mantiveram relações comerciais com proprietários e investidores rurais flagrados pelo poder público cometendo crimes ambientais ou se valendo do trabalho escravo. Essa cadeia de responsabilidades atinge diretamente o maior centro consumidor do país.

O principal objetivo deste estudo é munir a sociedade de informações que contribuam com a construção de processos sociais e econômicos que garantam que empresas e governos não financiem a destruição da Amazônia – seja através de investimentos, seja pela compra de insumos e matérias-primas de produtores que violaram

as legislações ambiental e trabalhista, ou que atentaram contra direitos fundamentais dos povos da floresta.

Como a extensa área da Amazônia, que representa mais da metade do território brasileiro, e as dificuldades de transporte na região impedem a realização de um estudo que contemple todo a sua superfície em poucos meses, optou-se por investigar a bacia do rio Xingu e adjacências, distribuídas entre os Estados do Mato Grosso e do Pará. Nessa área, podemos encontrar os problemas que ocorrem no restante da Amazônia, o que faz dela uma amostra bastante representativa das mazelas que a região vem enfrentando.

A bacia do Xingu tem 51 milhões de hectares. Mais da metade do seu território está protegido por Terras Indígenas e Áreas de Conservação. Ela é o segundo maior corredor de biodiversidade do país e um dos maiores do mundo. Uma região relativamente preservada, mas que nunca esteve tão ameaçada como agora. As nascentes que formam a bacia estão em locais de desmatamento e assoreamento, o que coloca em risco todo o ecossistema da região. A pressão imposta pelo avanço da agropecuária não apenas desmata, mas também expulsa populações tradicionais e explora trabalhadores escravos.

A pesquisa optou por direcionar seu foco para setores estratégicos no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia e à sua relação com a cidade de São Paulo: pecuária bovina, extrativismo vegetal, plantio de soja e outros grãos, além do financiamento público.

É importante ressaltar que os casos aqui apresentados são apenas exemplos de um intenso comércio que atinge a todos os moradores de São Paulo. Ou seja, o objetivo desta pesquisa não é apontar

culpados, pois eles são muitos e incluem todos nós, consumidores. Mas o estudo traz um alerta. Procura relacionar exemplos que sirvam de referência para aprofundar o conhecimento sobre o tema e, portanto, a busca de soluções.

O debate sobre o meio ambiente emerge no século 21 como uma discussão acerca da qualidade de vida, não tratando apenas de rios poluídos e derramamento de petróleo, mas também da atual ideia de progresso (alta tecnologia aliada a uma postura consumista) – que não tem conseguido fornecer respostas satisfatórias à sociedade. De forma preventiva ou paliativa, é preciso mudar nosso comportamento, se ainda quisermos que a maior floresta tropical do mundo – e o próprio planeta – tenham um futuro. Faz parte desta discussão a busca por modelos alternativos de desenvolvimento, que só serão efetivos caso contribuam com a diminuição de nosso apetite predatório por recursos naturais, e que não mantenham a população mais pobre excluída dos benefícios trazidos por sua exploração atual e futura. Infelizmente, é o que acontece nos dias de hoje, como na relação Amazônia – São Paulo.

UM DESERTO VERDE?

A história ensina que empreendimentos agropecuários e extrativistas, na região amazônica, têm sistematicamente utilizado instrumentos que desrespeitam a legislação trabalhista e ambiental e dilapidam os direitos fundamentais do ser humano. O objetivo é maximizar lucros, diminuir custos e viabilizar sua implantação e desenvolvimento. Infelizmente, o Estado brasileiro tem atuado como financiador - e menos como fiscalizador - desse processo de ocupação. A sociedade paulistana, por sua vez, também patrocina, por meio do consumo de produtos oriundos da Amazônia, a manutenção de práticas nada sustentáveis.

Durante a ditadura militar, a destruição da Amazônia e a violência contra trabalhadores rurais e populações tradicionais se tornaram regra, por conta da quantidade de empreendimentos nacionais e estrangeiros instalados em pouco tempo. Fluxo favorecido e estimulado pelo poder autoritário, que privilegiou os interesses de grandes grupos empresariais. Esses novos e importantes atores receberam carta branca: desenvolver e produzir, sem atentar para as conseqüências sociais e ambientais de suas ações. A Amazônia, então, passou a ter uma dupla função: consumidora de mercadorias provenientes dos centros industriais do Brasil e de outros países e, ao mesmo tempo, exportadora de grande quantidade de matérias-primas necessárias para a produção e alimentação da força de trabalho desses mesmos centros. Vítima dessa lógica da venda de matéria-prima barata e compra de produtos industrializados caros que funciona até hoje, a maior floresta do mundo continua tendo seus recursos naturais devastados e presenciando a falta de perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida de sua população.

O processo de ocupação da Amazônia, desenvolvido de forma ampla durante o período da ditadura militar, teve as bases lançadas pelo governo Juscelino Kubitschek. Naquela época, já havia fluxos migratórios espontâneos vindos de Minas Gerais, da Bahia e de outros estados do Nordeste que se dirigiam para o norte de Goiás, atual Tocantins, e para o Oeste do Maranhão. Tendo em vista essa pressão, o Estado passou a exercer uma função de controle da ocupação desse espaço, criando mecanismos legais de colonização que, na realidade, continham uma opção ideológica. Com base na justificativa de fixar pequenos agricultores à terra, facilitou a penetração de grandes empreendimentos agropecuários no interior do país, diminuindo a pressão populacional sobre as grandes cidades e garantindo mão-de-obra para o desenvolvimento dessas novas atividades que avançavam sobre a floresta.

Dessa forma, as políticas de ocupação populacional da região amazônica atuaram como ponta-de-lança da expansão agropecuária e extrativista. A construção de rodovias, como a Belém-Brasília, mais do que servir aos colonos, desempenharam papel relevante na penetração de empresas e no escoamento da produção para portos e indústrias. Vale lembrar que, no caso específico da Belém-Brasília, antes da conclusão das obras, uma parte significativa das terras próximas à rodovia foi dividida em grandes propriedades rurais, e posseiros foram obrigados a deixar áreas que ocupavam há gerações. Posteriormente, o governo militar expandiu a malha rodoviária que rasga a Amazônia, com a construção da Transamazônica, ligando o Maranhão ao Amazonas; da Cuiabá-Santarém, unindo o Mato Grosso ao Pará; da Perimetral Norte, rasgando parcialmente Amapá, Pará e Roraima; da Porto Velho-Manaus, conectando Rondônia ao Amazonas, dentre outras.

A construção desse discurso ideológico se refletiu na criação de slogans como “terra sem homens para homens sem terra”, utilizado pela ditadura militar para estimular o avanço sobre a floresta.



No começo da década de 1970, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrava uma taxa de ocupação efetiva (área ocupada pela população em relação à terra trabalhada) nos seguintes níveis: Amazonas 3%, Pará 9%, Rondônia 7%, enquanto o Estado de São Paulo apresentava 83%, e o Rio Grande do Sul, 89%. Desse período até o fim do século passado, a população da Amazônia Legal quase triplicou, crescendo sempre acima da média nacional. Já eram mais de 20 milhões de habitantes no último censo oficial, em 2000.

Apesar de adaptado ao novo momento, esse crescimento não foi uma novidade completa, mas desdobramento de um projeto de colonização das primeiras décadas do século 20. O ex-presidente Getúlio Vargas já pregava em seus discursos a necessidade de colonizar a Amazônia e integrar o oeste do país ao litoral, sempre com o objetivo de transmitir a idéia de que lá existia um grande deserto verde e desabitado. Contudo, qualquer análise rápida demonstra as intenções por trás dos argumentos: as terras almejadas para a expansão econômica já eram, na realidade, habitadas por indígenas, ribeirinhos, quilombolas, posseiros e colonos. A Amazônia nunca foi, portanto, desabitada. Dessa maneira, a imagem de “deserto verde” serviu inteiramente às forças econômicas interessadas em ocupar a região.

Na ditadura, o Estado atuou como catalisador desse processo, investindo grandes somas de recursos públicos para atrair e facilitar a inserção de empreendimentos na região. Como analisou o sociólogo Octavio Ianni, a ordem de “integrar” a Amazônia significou, na prática, transformá-la em fronteira de crescimento que favorecesse o Centro-sul do Brasil e países do exterior - e nunca as populações que lá viviam.

A criação do Banco da Amazônia S.A. (Basa), em setembro de 1966, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), no mês seguinte, dinamizou as políticas de expansão do capital sobre a região, viabilizando o repasse de recursos que capitalizou os desbravadores da fronteira. Padrão que, com algumas variações, continua ocorrendo hoje. A diferença é que, atualmente, há mais instituições públicas e privadas concedendo crédito a esses empreendimentos, muitos deles em desacordo com a lei.

Na verdade, os incentivos fiscais concedidos pelo governo eram até anteriores a 1966. A lei 4.357, de 16 de julho de 1964, já autorizava o abatimento de até 50% da renda bruta de pessoas físicas, para fins de imposto de renda, na compra de ações nominativas de empresas agrícolas e industriais consideradas de interesse para

o desenvolvimento econômico da Amazônia. Dando seqüência, o decreto-lei número 756, de 11 de agosto de 1969, garantiu que todas as pessoas jurídicas registradas no país pudessem deduzir do imposto de renda (ou seja, recurso público), parte do volume aplicado em projetos para o desenvolvimento do chamado “vazio demográfico”. A partir de 1974, foi criada uma articulação entre Sudam e Basa, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia, a fim de agilizar a estrutura desses órgãos federais, intensificando e ampliando a expansão de empresas privadas agropecuárias na região.

Parte desses recursos públicos destinados aos projetos nem chegaram a ser efetivamente investidos. Eles retornavam para o caixa das empresas como imposto não-pago ou beneficiavam diretamente seus proprietários. Impossível negar a conexão do dinheiro público com a devastação social e ambiental da floresta. De acordo com o sociólogo Ricardo Rezende, por exemplo, “os municípios do Araguaia paraense, que sofreram mais casos conhecidos de escravidão com maior número de trabalhadores aliciados, foram justamente aqueles mais beneficiados por verbas governamentais para projetos agropecuários. Houve, pois, uma coincidência entre os grandes projetos financiados pelo Estado e a maior prática conhecida de trabalho escravo e violações das leis trabalhistas”.

Em 1970, com o governo Médici, a política oficial da chamada “colonização dirigida”, ou seja, baseada na intervenção direta do governo, ganhou novo impulso. Por meio do Decreto-Lei nº 1.106 foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), que previa, entre uma série de medidas, a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, reservando uma faixa de dez quilômetros às margens dessas estradas para “colonização e reforma agrária”. Em julho do mesmo ano foi criado a Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a implantação dessa política.

A partir daí, a região viu nascer uma série de projetos de grande porte destinados a fornecer aos nascentes parques industriais a infra-estrutura necessária para sua instalação e escoamento dos seus produtos. A Zona Franca em Manaus (AM), o Projeto Carajás e a usina hidrelétrica de Tucuruí, ambos no Pará, são apenas alguns exemplos desses projetos, que atraíram empresas como Vale, Votorantim, Shell, Alcoa, Alcan, Paranapanema, Honda, Estrela e dezenas de outras.

A nova leva de colonização, a partir de 1960, também instalou o conflito entre quem chegava e quem já estava lá. As estradas e os grandes projetos atraíram uma grande leva de trabalhadores que se somaram, nem sempre de forma pacífica, a essa população tradicional. Yanomami, Kaiapó, Xavante, Karajá, Cinta-Larga, Beijos-de-Pau, Apiaká, Kayabi, Ribeaktsa são apenas algumas das centenas de etnias locais que entraram em permanente conflito com garimpeiros e novos posseiros. Além disso, atividades de mineração ocuparam territórios indígenas, e florestas foram ala-

gadas pelas barragens de hidrelétricas gigantes. O “problema” indígena - que “atrapalhava” os grandes projetos e “impedia” o avanço das propriedades rurais - foi resolvido, na maior parte das vezes, com o uso de violência. Graves doenças transmitidas no processo migratório também contribuíram para dizimar povos inteiros.

A importância da análise dos problemas da ocupação e do desenvolvimento da região amazônica é proporcional à gigantesca extensão territorial e à inigualável diversidade biológica da floresta. Atualmente, fazem parte total ou parcialmente da Amazônia Legal nove estados brasileiros: Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato-Grosso, Roraima, Amapá, Tocantins e Maranhão. A Amazônia sul-americana é formada por oito países além do Brasil: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Cerca de 50 mil quilômetros de rios navegáveis percorrem seus 7,5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 5 milhões encontram-se na Amazônia Legal brasileira.

O Estado, que ajudou a empurrar a fronteira agrícola durante a ditadura, hoje vive um conflito interno sobre sua expansão. Enquanto uma parte do governo federal atua para aumentar a inserção de empreendimentos agropecuários sobre a Amazônia, no bojo da mesma matriz insustentável de desenvolvimento, outra busca propor alternativas com vistas a reduzir impactos sociais e ambientais, garantindo assim os direitos fundamentais dos povos que lá vivem. Desse embate de posições, a despeito de vitórias importantes e pontuais do segundo grupo, o primeiro mantém larga vantagem. Um dos indícios mais visíveis disso é o fato de o Estado não conseguir desempenhar tarefas elementares, como, por exemplo, a fiscalização dos crimes ambientais e sociais.

Recursos são despendidos para a infra-estrutura da expansão agrícola - como é o caso do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), reivindicação dos produtores de soja do Mato Grosso e do Pará, que vai ampliar a velocidade de ocupação da região. Mas não, contudo, para o desenvolvimento de instituições que garantam o mínimo de qualidade de vida do trabalhador. Os funcionários públicos que atuam nessas áreas, como auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho, policiais federais e fiscais do Ibama, não dão conta da demanda. As condições para garantir o trabalho desses profissionais também estão muito longe das ideais. Ou seja, convivemos com déficits de pessoal e estrutura para fazer cumprir as políticas organizadas pela parte historicamente fragilizada do Estado. Da qual depende a imensa maioria da população.

MAIS BOI QUE GENTE

Quando o assunto é devastação da Amazônia, qualquer debate deve levar em conta o avanço da pecuária bovina. Não é de hoje que organizações da sociedade civil e setores do poder público enxergam na expansão das pastagens um dos principais vetores para a derrubada das matas nativas e para a incidência de violações aos direitos humanos, entre outros problemas.

A redução do ritmo de abertura de novas áreas certamente ajudaria a conter conseqüências preocupantes, mas a tendência parece caminhar no sentido oposto: a atividade vem crescendo a passos largos nos últimos anos, especialmente na região norte do país, alimentando a sanha dos maus empresários do campo.

Gado na rodovia PA 279, em São Félix do Xingu, sul do Pará. A pecuária representa o principal vetor do desmatamento e do trabalho escravo na Amazônia

CONEXÕES SUSTENTÁVEIS
SÃO PAULO <> AMAZÔNIA
Quem se beneficia com
a destruição da Amazônia

| 10 |

Há quatro anos, o Brasil ocupa a posição de maior exportador mundial de carne – e hoje faz negócios com 129 nações. Em 2007, as vendas para países estrangeiros atingiram a cifra recorde de US\$ 4,3 bilhões. É bem verdade que o mercado vem dando uma mãozinha: a demanda aumentou desde meados de 2006 e a produtividade na Austrália e em países da Europa caiu. Só entre janeiro e agosto de 2008, o boi brasileiro acumulou uma valorização de 36%. Na região de Rondonópolis (MT), por exemplo, o preço da arroba saltou de R\$ 56 para quase R\$ 90 nos últimos dois anos.

O crescimento do rebanho também mostra a vitalidade do setor. De 2000 para cá, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de cabeças de gado foi de 170 milhões para aproximadamente 206 milhões – incremento de 21%. O Mato Grosso detém o maior rebanho do país, com 26,1 milhões de cabeças. Já o estado do Pará aparece em quinto lugar, com 17,5 milhões de animais – mas há quem desconfie das desconstruídas estatísticas oficiais e estime que esse número já tenha superado a casa dos 20 milhões.

De acordo com o estudo “O Reino do Gado”, divulgado pela ONG Amigos da Terra no começo deste ano, a Amazônia conta com 74 milhões de cabeças de gado, na proporção de 3,3 por habitante – relação três vezes superior à média nacional. Em 2007, pela primeira vez na história, o número de abates ocorridos na região ultrapassou a marca dos 10 milhões (41% do total no país). Além disso, a pesquisa revela que um terço da carne in natura exportada no ano passado saiu de frigoríficos situados nessa parte do território brasileiro.

Além disso, entre dezembro de 2003 e o mesmo mês de 2006, apenas 4% dos 10 milhões de novos animais adicionados às fazendas do país não estavam pastando sobre terrenos que um dia já foram floresta. Em outras palavras, o crescimento da criação de bois fora da Amazônia é praticamente insignificante.

• EIXOS DE EXPANSÃO

No Pará, a pecuária vem crescendo principalmente em torno dos eixos de duas rodovias que cortam o Sul do estado: a PA-150, que parte de Marabá, e que se conecta em Xinguara com a PA-279, que se estende até São Félix do Xingu. Na área de influência dessas duas estradas, existem oito frigoríficos, além de outros três em construção. A atividade ganhou fôlego extra a partir de maio de 2007, quando a região foi considerada área livre de febre aftosa e recebeu passe livre para a exportação de bovinos. Só no ano passado, a venda de animais vivos para o Líbano e para a Venezuela rendeu cerca de US\$ 256 milhões.

O potencial da pecuária amazônica, e especialmente do Sul do Pará, vem atraindo inclusive a atenção de empreendedores sem

tradição no segmento que tem interesse na multiplicação do capital investido. O caso mais notório é o do Grupo Opportunity, ligado ao banqueiro Daniel Dantas, com participação relevante naquela que já constitui a maior empresa de pecuária de corte do Brasil: a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara. Com menos de três anos, a empresa já conta com impressionantes 500 mil hectares espalhados por 15 municípios do sul paraense. E o número de bois pastando nas terras da empresa cresce alucinadamente. Apenas entre 2006 e 2007, o incremento foi de 365%. O rebanho já chega a quase meio milhão de cabeças.

A empolgação dos pecuaristas da Amazônia também vem sendo estimulada por investimentos maciços das maiores empresas nacionais de abate bovino. Nos últimos três anos, uma verdadeira febre de negócios envolvendo frigoríficos acometeu a região. “Está acontecendo uma reestruturação da cadeia da pecuária como um todo, e um processo de recomposição de capital. As empresas de médio porte estão sendo compradas pelas grandes. E esses frigoríficos de atuação nacional querem, principalmente, exportar”, explica Maria do Carmo Américo, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Alguns casos ilustram a efervescência desse mercado. No final do ano passado, o Bertin – um dos maiores do setor, com vendas de R\$ 1,2 bilhão em 2007 – costurou um acordo para arrendamento, com opção de compra, de três plantas industriais do frigorífico Redenção em municípios diferentes do Sul do Pará. Em 2005, o mesmo grupo já tinha adquirido uma unidade de processamento em Marabá, principal cidade da região. E para turbinar suas atividades, o Bertin conseguiu um financiamento de US\$ 90 milhões da International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial responsável por empréstimos ao setor privado de países em desenvolvimento.

Além do Bertin, quatro dos dez maiores frigoríficos do país também resolveram apostar suas fichas no Pará. O Minerva, que lançou ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) há pouco mais de um ano, também está construindo uma nova planta na cidade de Redenção, onde o Bertin já marca presença. A companhia gaúcha Mercosul escolheu Tucumã para erguer uma unidade com capacidade de abater 1,5 mil cabeças por dia, que ainda não começou a produzir. O Frigol, que já conta com um frigorífico em Água Azul do Norte, vai expandir suas atividades ao inaugurar em breve sua mais nova fábrica no município vizinho de São Félix do Xingu – dono do maior rebanho do estado, e triste campeão nas estatísticas de desmatamento e trabalho escravo. O grupo Margen comprou o Frigoxin, localizado em Xinguara, importante centro da pecuária onde já atua outro frigorífico de porte médio.

Os investimentos no Mato Grosso também não ficam atrás. De acordo com um diagnóstico elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), 39 frigoríficos estavam em funcionamento no estado em 2007. Espalhadas por 24 muni-



Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. Rebanho cresce principalmente na Amazônia

cípios, essas indústrias somavam uma capacidade diária de abate de 22 mil cabeças. O mesmo estudo identificava seis unidades em processo de ampliação e nove plantas em construção – o que deve simplesmente dobrar o número de abates por dia.

Entre os pesos-pesados, o frigorífico Independência, por exemplo, arrendou cinco plantas industriais desde novembro de 2007. Pelo menos duas dessas unidades também se dedicam à produção de biodiesel, a partir do sebo do boi. O Mercosul desembolsou cerca de R\$ 8 milhões para reformar e modernizar sua fábrica matogrossense em Rondonópolis, que já está operando. Detentor do posto de grupo com maior capacidade de abates em todo mundo, o JBS Friboi mantém quatro unidades no estado, atrás apenas do Quatro Marcos, que tem seis frigoríficos e dois curtumes. Para completar, o Marfrig, outro gigante do setor que conseguiu captar a imponente soma de R\$ 1 bilhão ao abrir seu capital na Bovespa em 2007, possui duas unidades de abate no Mato Grosso.

• FRENTE PIONEIRA

A criação de bois funciona como a ponta de lança para o avanço da chamada fronteira agrícola – em boa parte dos casos, sem respeitar exigências legais. Ao se deslocar em direção à Amazônia, a pecuária escapa da disputa com outras culturas vigorosas do agronegócio, como a soja e a cana-de-açúcar, que tendem a dominar as terras mais valorizadas das regiões de melhor infra-estrutura e mais próximas aos principais centros consumidores.

A promessa de ocupação preferencial de áreas já degradadas no Centro-Sul não convence quem conhece o rolo compressor da devastação. Por ser uma atividade predominantemente extensiva, a pecuária bovina necessita de terras baratas. E essas áreas de baixo preço se encontram principalmente na região de fronteira agrícola, como a floresta. O próprio presidente da comissão para assuntos da Amazônia Legal da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), Carlos Xavier, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, admitiu categoricamente que “a pecuária está sendo empurrada para cá”, em alusão ao Sul do Pará.

Além disso, a derrubada da mata foi encarada durante décadas, principalmente durante a ditadura militar, como uma demonstração legítima de posse. Ou seja, quem quisesse ter direito sobre uma área precisava mostrar serviço, devastando a floresta. Essa sempre foi a deixa para a entrada em cena da pecuária. “Além da madeira, ela é a única cadeia produtiva que consegue se instalar alheia a qualquer infra-estrutura, sem ajuda do poder público. É a forma mais barata também para quem deseja se apropriar da terra”, explica a pesquisadora Maria do Carmo Américo. Mesmo em lugares de difícil acesso, a criação de bois para corte é lucrativa. Afinal de contas, como se brinca na região, o gado “anda com as próprias pernas”, contornando o problema das estradas precárias que dificultam a circulação.

A pecuária também é responsável pela esmagadora maioria das denúncias de utilização de mão-de-obra escrava na Amazônia. Não à toa, Pará e Mato Grosso aparecem como campeões históricos na incidência desse crime. Há, portanto, uma conexão direta entre a abertura de novas frentes de expansão e a exploração criminosa e desumana de trabalhadores.

Levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal entidade dedicada à defesa dos direitos humanos e trabalhistas no campo, revela que 58% das fazendas fiscalizadas pelo grupo móvel do governo federal, que atua na libertação de escravos, até julho deste ano, tinham como atividade principal a criação de bovinos para corte. Em geral, esses trabalhadores são aliciados ilegalmente em lugares distantes das fazendas, e desempenham funções pesadas sem qualquer tipo de equipamento de proteção, como a derrubada de árvores, para a formação de novas pastagens, ou o chamado “roço de juquirá”, que é a limpeza do pasto.

• CASO EMBLEMÁTICO

São Félix do Xingu, no Sul do Pará, é um ótimo exemplo para entender o quadro atual de expansão da pecuária na Amazônia. Em 1997, as fazendas desse gigantesco município de 84 mil quilômetros quadrados – o segundo maior do Brasil, atrás apenas da vizinha Altamira – comportavam menos de 30 mil cabeças, de acordo com o Sindicato dos Produtores Rurais (SPR). Em dez anos, esse contingente passou para 1,7 milhão de animais – o maior rebanho bovino do estado, e um dos maiores do país. Mas o próprio SPR acredita que o número real supere os dois milhões.

São Félix do Xingu também encabeça outro ranking: a lista dos 36 municípios que mais desmataram no Brasil nos últimos anos, divulgada pelo governo federal. Nos últimos dez anos, cerca de 14,5 mil quilômetros quadrados de mata nativa tombaram para a formação de pastos – área quase dez vezes superior à da cidade de São Paulo. No plano social, também não há motivos para comemoração. A atual “lista suja” do trabalho escravo apresenta seis fazendas de São Félix do Xingu. Cinco delas se dedicavam à pecuária de corte quando foram flagradas. Ao todo, 136 trabalhadores foram libertados dessas propriedades.

O município também é a principal porta de entrada para a chamada “Terra do Meio”, uma faixa equivalente a 8,3 milhões campos de futebol entre os rios Xingu e Tapajós, onde boa parte da floresta ainda permanece intocada, apesar da entrada de alguns criadores de boi ao longo da última década. A área ganhou destaque internacional depois do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, que lutava pela preservação da natureza e pela reforma agrária na Amazônia. Aliás, as investigações sobre sua morte apontaram como mandantes proprietários de fazendas de gado, um deles flagrado com trabalho escravo e presente na “lista suja”.

Em resposta, a partir de 2005, o governo criou uma série de reservas ecológicas e de terras indígenas com o objetivo de evitar o avanço do desmatamento pela região. A recente operação do Ibama batizada pelo ministro Carlos Minc de “Boi Pirata” também ocorreu justamente nas reservas ecológicas localizadas nessa área. O objetivo era retirar os pecuaristas que se apropriaram ilegalmente – ou seja, “grilaram” – de terras públicas da região para criar gado. De uma única fazenda em situação irregular foram apreendidas e depois leiloadas três mil cabeças. A propriedade em questão é uma das 16 que viraram alvo de ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal contra grandes pecuaristas acusados de “grilar” áreas na Terra do Meio.

Neste ano, 58% das fazendas flagradas por trabalho escravo em todo o país se dedicavam à pecuária bovina

Aliás, a bagunça fundiária é outro elemento-chave para explicar o avanço da pecuária. O cartório de São Félix do Xingu, onde ficam guardados os registros dos imóveis rurais, foi interdito por ordem da Justiça em 2006. Somadas, as áreas das fazendas descritas nas escrituras perfaziam uma dimensão duas vezes superior à totalidade do território do município. Sem o devido controle, os imóveis acabavam se sobrepondo uns aos outros, com a conivência do estabelecimento local. A concessão do cartório foi cassada e todas as matrículas dos imóveis registrados foram suspensas para regularização.

A falta de documento também faz o preço da terra despencar em relação a outras regiões da própria Amazônia onde os títulos são regularizados. “Do jeito que está, é mais barato comprar terra nova para derrubar a floresta do que recuperar a pastagem”, avalia Catia Canedo, diretora da unidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de São Félix do Xingu. Ao mesmo tempo, a situação de irregularidade funciona como convite ao desmatamento ilegal. “Sem um processo de regularização fundiária, como o governo pode punir alguém? Ninguém sabe ao certo a quem pertencem as áreas”, indaga Marcos Aurélio Pereira, fazendeiro goiano que há quatro anos se mudou para São Félix do Xingu, e hoje responde pela pasta da Secretaria Municipal de Agricultura.

Os pecuaristas de São Félix do Xingu também se aproveitam ao máximo das facilidades naturais para a criação “extensiva” - na qual os animais são engordados em pastos enormes, quase sem necessidade de mão-de-obra para cuidar do rebanho. Por conta do clima quente, regado pelas chuvas abundantes e regulares, “o capim fica verde o tempo inteiro”, explica Laércio Sousa, diretor do Sindicato dos Produtores Rurais do município. As “dádivas” da natureza fazem com que gastos com pessoal, insumos para melhorar o pasto e ração para alimentar os animais sejam praticamente limados da relação de custos do fazendeiro.

• CADEIA PRODUTIVA

Nos últimos anos, organizações civis e representantes do poder público vêm pressionando o setor da pecuária na tentativa de restringir o mercado de quem desrespeita as legislações ambiental e trabalhista. Um dos passos mais importantes nesse sentido se deu em 2005, com o lançamento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, coordenado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e pela ONG Repórter Brasil.

Mais de 160 empresas e associações comerciais já aderiram à iniciativa, comprometendo-se a combater o trabalho escravo em suas cadeias de fornecedores. Grande parte dos frigoríficos brasileiros de ponta - como JBS-Friboi, Bertin e Margen - aparece na lista de signatários. Contudo, há frigoríficos que, mesmo após

identificação de problemas em suas cadeias produtivas, sequer se dispuseram a discutir a questão. Mostram, portanto, que ainda há resistências.

Com o intuito de fortalecer esse compromisso empresarial, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Estadual do Mato Grosso firmaram, em março deste ano, um termo de ajustamento de conduta (TAC) com 19 frigoríficos filiados ao Sindicato das Indústrias Frigoríficas do Mato Grosso (Sindifrig). Por esse acordo, as companhias assumiram o compromisso de aderir oficialmente ao Pacto, entre outras medidas para melhorar a situação trabalhista e social de seus negócios. Grupos importantes e com histórico de graves problemas, como o Quatro Marcos (ver estudo de caso), juntaram-se ao acordo devido a essa obrigação prevista no TAC. Mas outro frigorífico de peso no cenário nacional, como o Marfrig, ainda não faz parte da iniciativa, apesar de ter sido convidado devido à detecção, realizada pelo comitê gestor do Pacto, de compras de fornecedores que usaram mão-de-obra escrava.

No início de 2008, depois de alertado pelo comitê gestor de que estaria adquirindo gado de propriedades rurais presentes na “lista suja” do trabalho escravo, o grupo Bertin emitiu um comunicado afirmando que, com base nessa informação, estava eliminando seis produtores (cinco deles pecuaristas do Sul do Pará) de sua lista de fornecedores. A ação foi importante para pressionar os produtores da região a seguirem a lei à risca, mas também mostra que a empresa ainda precisa avançar na autodetecção dos problemas da sua cadeia produtiva.

Vale ressaltar que, para obtenção do empréstimo com o IFC, o Bertin se comprometeu em 2007 a não contribuir para o aumento dos índices de trabalho escravo e desmatamento ilegal no Pará por conta da sua presença. O IFC determinou expressamente no projeto aprovado que as fontes consultadas pelo Bertin para saber se um pecuarista tem ou não envolvimento em crimes devem ser: para casos de desmatamento, grilagem e violência agrária, a própria Justiça (com recomendação expressa para a Vara Penal Agrária de Marabá); para casos de invasão ou ameaça a terras indígenas, a FUNAI; e para casos de uso de mão-de-obra escrava, a “lista suja” do trabalho escravo.

A polêmica sobre a forma de liberação do empréstimo ao Bertin também esteve no centro da pauta de organizações não-governamentais ambientalistas no ano passado. Elas alegaram que, se as medidas mitigatórias da ilegalidade forem aplicadas somente depois do desembolso completo do empréstimo, praticamente seria anulada a capacidade de repressão da IFC ao não-cumprimento do contrato.

Mas o setor da carne bovina também vem se movimentando por conta própria e, no final de 2007, criou o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável. Trata-se de um fórum de discussão que reúne os principais frigoríficos do país, dentre os quais aparecem

Boiadeiro na Terra do Meio, no Pará. Pecuária amazônica é extensiva: pouco emprego para muita terra



Bertin, Frigol, Independência, JBS-Friboi, Mercosul e Quatro Marcos. Instituições financeiras que oferecem crédito a esses grupos empresariais – como o IFC, do Banco Mundial, e o Banco Real, do grupo Santander – estão à frente do grupo, que conta também com a participação de grandes redes varejistas. Participam ainda outras empresas que têm atuação direta nessa cadeia produtiva, além de ambientalistas, entidades ruralistas e entidades da sociedade civil. Nos encontros, são debatidas práticas para estabelecer um padrão de conduta nos negócios, mas até agora não houve avanços significativos no sentido de uma “pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta, e economicamente viável” – objetivo primordial descrito em documento de apresentação do grupo.

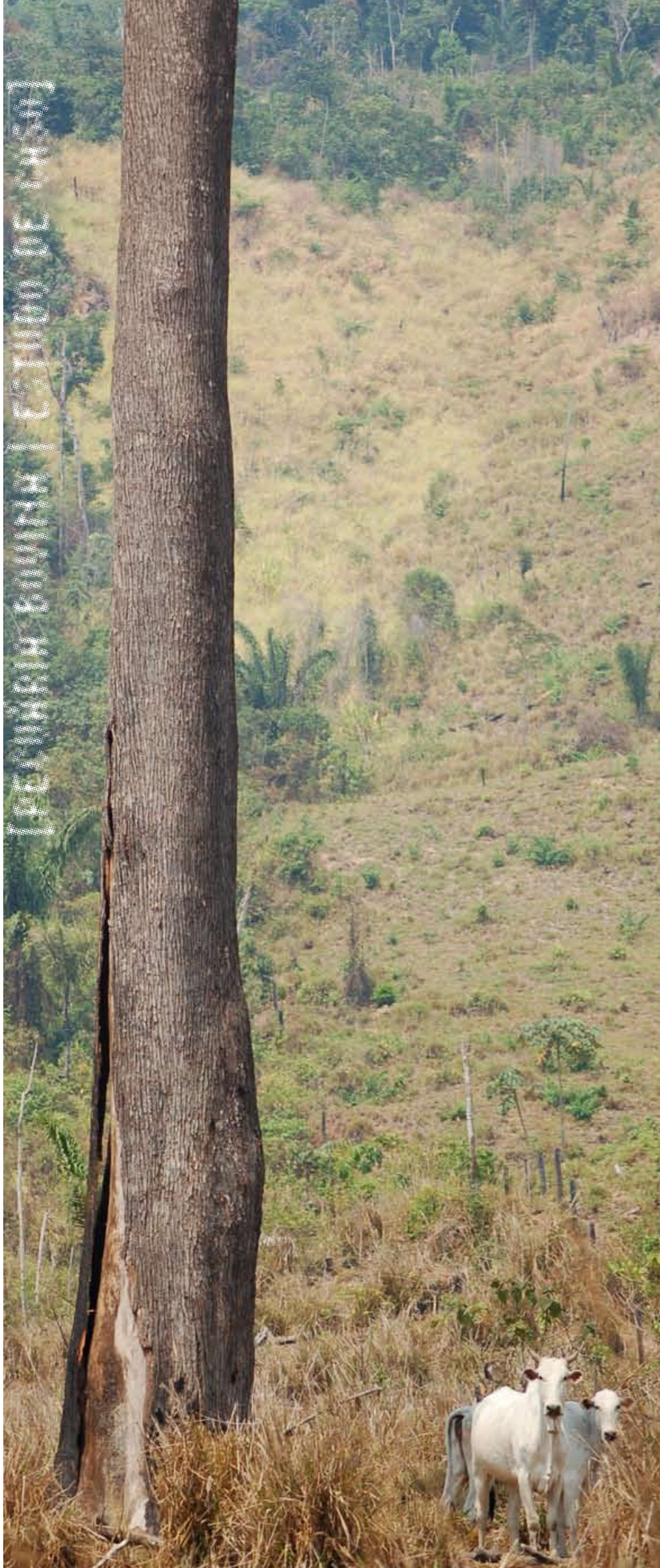
Até porque o poder público também está pressionando. Um dos principais instrumentos, nesse sentido, veio com o decreto presidencial 6.514, editado em julho de 2008, que proíbe a compra de produtos provenientes de áreas embargadas por desmatamento, o que atinge diretamente os frigoríficos. Sempre que pode, o ministro Carlos Minc manifesta o seu desejo de que as empresas liberem para o Ministério do Meio Ambiente a lista de seus fornecedores, a fim facilitar a fiscalização.

Hoje, é impossível afirmar com segurança que até mesmo a carne de frigoríficos localizados fora do bioma amazônico não foi obtida a partir de animais que pastavam em áreas situadas na principal floresta do planeta. Isso porque existe um comércio bastante freqüente entre os próprios frigoríficos. É muito comum, por exemplo, que uma unidade transfira parte de seu estoque para outra planta industrial da mesma empresa localizada em estados diferentes. Assim, um frigorífico de São Paulo pode ter em suas câmaras frias produtos de bois provenientes não só do interior do estado, mas da própria Amazônia.

Não há dúvidas sobre a necessidade urgente de criação de mecanismos eficientes para controlar a produção de carne bovina. É preciso garantir transparência nos negócios envolvendo pecuaristas, empresas de abate bovino e redes de consumidores para que o crescimento desse importante setor da economia nacional não passe por cima das legislações ambiental e trabalhista. O governo também precisa fazer sua parte, atuando firme nas fiscalizações e negando crédito aos empreendimentos que possam gerar impacto ambiental e social na região.

A carne da Amazônia abastece diretamente o mercado paulistano. Nos últimos anos, o setor vem sendo cobrado para garantir pecuária sustentável





• QUATRO MARCOS

A empresa | Quatro Marcos

Perfil | O primeiro frigorífico foi inaugurado em 1986, no Mato Grosso, estado onde a empresa desenvolve a maior parte de suas atividades. Hoje, de acordo com informações divulgadas pela própria empresa, o grupo é o quarto maior do país em números de abates, e conta com sete unidades frigoríficas, dois curtumes e três centrais de distribuição. As vendas de carne in natura representam 85% dos negócios, enquanto o comércio de couro responde por 10%. Um terço da receita do Quatro Marcos vem de exportações. A empresa fornece carne bovina para o varejo paulistano, produtos para outros frigoríficos, além de sebo para indústrias de biodiesel – combustível adicionado ao diesel e distribuído em postos de gasolina de todo o país.

O problema | Unidades de abate da empresa apresentaram graves problemas ambientais e trabalhistas. Além disso, a empresa comprou gado de empregador que figura na “lista suja” do trabalho escravo. Por fim, o nono maior desmatador da Amazônia, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, pertence à família que controla o frigorífico.

O caso | O Quatro Marcos apresenta graves problemas não apenas em sua cadeia de fornecedores, mas também em suas atividades internas. Exemplo é a própria situação de pelo menos três das oito plantas industriais que a empresa tem espalhadas em seis municípios do Mato Grosso.

A unidade localizada em Juara, no bioma amazônico, teve suas atividades embargadas pelo Ibama em junho de 2008 por operar sem licença ambiental. O Ministério Público Estadual também acionou judicialmente o Quatro Marcos por descartar os resíduos orgânicos dos 500 abates de bovinos realizados diariamente no frigorífico, de forma totalmente irregular e sem qualquer tipo de tratamento, em áreas de preservação permanente próximas a assentamentos rurais do município.

A empresa também coleciona escândalos na esfera trabalhista. O caso mais grave aconteceu em fevereiro de 2008, quando um mecânico perdeu a vida após ser eletrocutado, cair e fraturar a coluna cervical na unidade industrial de Alta Floresta, também no bioma amazônico. Em dezembro de 2007, o Quatro Marcos havia firmado um acordo com o Ministério Público do Trabalho comprometendo-se a melhorar as condições a que estavam submetidos seus funcionários nas fábricas do Mato Grosso.

A iniciativa ocorreu depois que a planta industrial do grupo localizada em Vila Rica, município da Amazônia Legal, foi interdita em dezembro de 2007 por uma decisão da Justiça por conta de um vazamento de gás que intoxicou 14 pessoas, mas que felizmente não fez vítimas fatais. Ao longo do ano passado, outros três episódios exatamente iguais já haviam ocorrido no mesmo local.

Mas os problemas não param por aí. Na lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia, divulgada no final de setembro pelo Ministério do Meio Ambiente, a pecuarista Rosana Sorge Xavier, cuja família administra o frigorífico Quatro Marcos, figura em nono lugar no ranking. Seu nome aparece duas vezes na relação. No total, ela devastou ilegalmente 12.640 hectares de floresta, o que lhe rendeu uma multa de aproximadamente R\$ 48 milhões.

E essa não foi a primeira vez que os donos do Quatro Marcos deram as caras em uma lista oficial do governo por problemas do gênero. A fazenda Santa Luiza, localizada em Nova Bandeirantes (MT), e que pertence à mesma família, já integrou ela própria a lista suja do trabalho escravo – cadastro oficial do Ministério do Trabalho e Emprego que torna públicos os nomes dos produtores que incorreram nessa prática.

Mas as relações do Quatro Marcos com a lista suja não se limitam a isso. O frigorífico também adquiriu gado bovino de Antenor Duarte do Valle. Ele se encontra na atual edição do cadastro do MTE por reduzir 188 trabalhadores a condições análogas às de escravos em sua fazenda Nova Maringá, no município de Comodoro (MT).

O que diz a empresa | Por meio da sua gerência de marketing, o frigorífico Quatro Marcos afirmou que a empresa “através da contratação de uma consultoria externa vem passando por um momento de reestruturação e reorganização de processos das suas atividades”. De acordo com o comunicado, esse “período de transição” deve durar de três a quatro meses.

A resposta também diz que “com uma nova gestão definida e em plena ação vêm se desenhando caminhos a serem seguidos pelo frigorífico, através da definição de estratégias, e como não poderia ser diferente, pela sua importância no cenário nacional e mundial, a questão de sustentabilidade estará sendo devidamente desenvolvida e trabalhada”.

• FRIBOI

A empresa | JBS Friboi

Perfil | Sediado na capital paulista, o JBS Friboi é o maior frigorífico do mundo em capacidade de abate de bois, e o maior exportador de carne do planeta. No ano passado, o grupo faturou aproximadamente R\$ 4,7 bilhões, e também entrou no mercado de suínos com a compra da norte-americana Swift Foods. Produtos industrializados das marcas Anglo, Sola e Swift, vendidos nas principais redes varejistas do país, também são fabricados pelo JBS Friboi. A empresa atua ainda no segmento de transportes, e tem cerca de 40 mil empregados.

O problema | A unidade do Friboi de Barra do Garças (MT) adquiriu gado de um pecuarista que teve área de sua fazenda embargada pelo Ibama por desmatamento ilegal.

O caso | A unidade de abate de bovinos do Friboi de Barra do Garças manteve relações comerciais, em julho deste ano, com o pecuarista Marco Aurélio Morales Branco. Ele é dono da fazenda Rancho Blanco, localizada no município de Quêrência, a 450 quilômetros do frigorífico. Porém, no mês anterior, o produtor havia sido autuado pelo Ibama por desmatamento sem autorização dentro da sua fazenda. Uma área de 485 hectares acabou embargada pelo órgão ambiental.

O JBS Friboi é fornecedor de grandes redes varejistas que operam em São Paulo, e abastece setores do poder público na capital paulista. Também vende sebo bovino para indústrias de biodiesel, que é adicionado ao diesel e distribuído em postos de gasolina de todo o país.

O que diz a empresa | Insistentemente procurado pela reportagem, o JBS Friboi não se manifestou acerca das relações comerciais da unidade frigorífica de Barra do Garças e o pecuarista Marco Aurélio Morales Branco.

• MARFRIG

A empresa | Marfrig

Perfil | Em 2007, o faturamento do Marfrig atingiu a casa dos R\$ 2,7 bilhões. O grupo é o quarto maior produtor mundial de carne bovina. Em julho do ano passado, abriu seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo e angariou R\$ 1 bilhão – dinheiro investido agressivamente na expansão de suas atividades e na compra de outras 20 empresas dentro e fora do país. Possui dez unidades de abate de gado bovino no Brasil, cinco na Argentina e outras quatro no Uruguai. Mas também processa carnes de aves e de suínos. Marcas conhecidas no mercado varejista paulistano, como Pena Branca, Da Granja e Bassi, compõem o portfólio do Marfrig. O grupo abastece as principais redes varejistas do país, entre elas as de São Paulo, além de outras empresas de processamento de proteína animal. Também fornece sebo para indústrias de biodiesel, que é adicionado ao diesel e distribuído em postos de gasolina de todo o país.

O problema | Uma de suas unidades frigoríficas manteve relações comerciais com dois pecuaristas do Mato Grosso depois de eles entrarem na “lista suja” do trabalho escravo.

O caso | O Marfrig de Tangará da Serra (MT) já adquiriu gado de dois pecuaristas que aparecem na atual edição da lista suja do trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). É importante frisar que essas negociações ocorreram depois da inclusão dos nomes no cadastro oficial do governo. Um deles é Antenor Duarte do Valle, que figura na relação desde junho de 2004. O frigorífico comprou animais para abate do produtor quando ele se encontrava há mais de três anos na lista suja.

Dentre outras graves denúncias, Antenor Duarte do Valle é acusado por movimentos sociais de ser um dos mandantes do Massacre de Corumbiara, quando 11 sem-terra foram chacinados por policiais militares e jagunços, no interior de Rondônia, em 1995. Além disso, Antenor jamais quitou as dívidas com os 188 trabalhadores libertados da sua fazenda Maringá, em Comodoro (MT), apesar de contar até com avião à sua disposição. Segundo relato da fiscalização do grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, ele teria inclusive mandado amarrar e espancar um empregado descontente com as condições a que ele e seus companheiros estavam submetidos.

A realidade da fazenda Maringá era “a pior possível”, conta a auditora Valdevez Monte, que participou da operação de resgate. As frentes de abertura do pasto ficavam a quilômetros de distância da sede. Abrigados em barracos precários,



erguidos em pedaços de pau cobertos por lona plástica de madeira, os trabalhadores saciavam a sede com água proveniente de córregos, sem qualquer tratamento. Eles também eram obrigados a comprar a própria alimentação, a preços superfaturados, em um barracão dentro da própria fazenda. A dificuldade de locomoção dentro da Maringá era tanta que a fiscalização teve de trocar as caminhonetes por um trator, único veículo capaz de vencer os obstáculos até o resgate dos trabalhadores.

Outro fornecedor do Marfrig de Tangará da Serra que aparece na “lista suja” é Renato Bernardes Filgueiras. Em dezembro de 2006, ele teve seu nome incluído no cadastro oficial do MTE por reduzir a condições análogas às de escravo dez trabalhadores da fazenda Santa Eulália, em Tapurah (MT). A relação comercial com o frigorífico também aconteceu após essa data.

Assim como o concorrente Quatro Marcos, o Marfrig também teve sua imagem atingida por acidentes graves em suas plantas industriais. A empresa foi acionada na Justiça pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que pede indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 3 milhões. Depois de uma fiscalização ocorrida em fevereiro deste ano, motivada pela morte de um trabalhador durante seu turno na unidade localizada em Porto Murtinho (MS) – município que não está localizado na Amazônia, mas em outro importante bioma brasileiro, o Pantanal –, o MPT decidiu mover uma ação civil pública contra o Marfrig. De acordo com o órgão, além de negligências básicas no atendimento ao funcionário acidentado, os trabalhadores do frigorífico eram submetidos a jornadas exaustivas, dentre outras irregularidades.

O que diz a empresa | O grupo se pronunciou através da sua assessoria de imprensa. Com relação aos dois pecuaristas que constam da “lista suja” do trabalho escravo, a empresa argumenta que “desde o dia 29 de fevereiro de 2008, a unidade de Tangará da Serra, localizada nas proximidades das referidas fazendas (Bioma Amazônico) não mais realiza compras de gado dos dois produtores mencionados. O mesmo procedimento é seguido por todas as demais unidades do grupo”. Vale lembrar que Antenor Duarte do Valle entrou na “lista suja” em junho de 2004. Já Renato Bernardes Filgueiras aparece desde dezembro de 2006.

A nota ainda informa que o Marfrig “adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, sendo signatário do acordo assinado em março de 2008 e no qual a empresa se compromete com o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo”, cujo comitê gestor é composto pelo Instituto Ethos, Repórter Brasil e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Desde o lançamento do Pacto Nacional em maio de 2005, o Marfrig vem recebendo convites para se juntar à iniciativa, mas ainda não consta oficialmente da lista de signatários. O acordo a que a empresa se refere é um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e 19 frigoríficos que operam no Estado do Mato Grosso, para que seja garantido o cumprimento da legislação nas empresas e em suas cadeias produtivas. Um dos pontos do TAC obrigava justamente os frigoríficos a se juntar oficialmente ao Pacto Nacional, mas a adesão não é automática.

• BRASLO

A empresa | Braslo

Perfil | A empresa iniciou suas atividades de processamento de produtos à base de proteína animal em 1982. Localizado na rodovia Anhanguera, no município de Osasco (SP), seu parque industrial fornece principalmente derivados de carne bovina para grandes redes de restaurantes com atuação na capital paulista. Também está habilitada a exportar para mais de 30 países. A empresa pertencia originalmente ao grupo norte-americano OSI que, em junho deste ano, firmou contrato de venda ao Marfrig de 15 plantas industriais no Brasil e na Europa, dentre as quais a própria Braslo. A operação está prestes a ser concluída.

O problema | Manteve relações comerciais com frigorífico que abate gado proveniente da Amazônia depois de se comprometer publicamente a não utilizar carne bovina oriunda desse bioma em sua cadeia produtiva.

O caso | “Com relação à nossa preocupação ambiental, exigimos que o gado de nossos fornecedores não seja procedente da região do bioma amazônico. Tal exigência é controlada por meio da assinatura de uma Carta de Compromisso Formal pela preservação da floresta amazônica. Em outras palavras, todo o gado abatido ser originário de fazendas situadas em áreas que não fazem parte da fronteira agrícola com a floresta é responsabilidade de nossos fornecedores.”

O compromisso da Braslo de não utilizar carne bovina de gado da Amazônia em seus produtos está expressamente publicado na página 20 do seu Balanço Social 2006, divulgado no ano passado, e disponível na página da empresa na internet. Porém, a empresa adquiriu diversas vezes carne da unidade do Marfrig de Tangará da Serra (MT), entre 2007 e 2008. O frigorífico, por sua vez, tem em sua carteira de clientes pecuaristas que criam gado no bioma. Outro fato

que merece destaque é que essa mesma unidade de Tangará da Serra também aparece como compradora de animais criados por dois fazendeiros que figuram na atual edição da “lista suja” do trabalho escravo (ver caso Marfrig).

Cabe ressaltar que as compras ocorreram posteriormente ao compromisso firmado publicamente pela empresa através de seu Balanço Social 2006. Isso representa uma contradição à política da Braslo de não comprar produtos originários do bioma.

O que diz a empresa | Procurada pela reportagem, a empresa emitiu esclarecimento afirmando que “mantém e honra uma política em relação à floresta amazônica desde a sua instalação no país, pela qual se compromete a realizar a compra de carnes que não contribuam para o desmatamento”. A Braslo também disse que firma carta de compromisso formal com seus fornecedores, que por sua vez “garantem que não adquirem nem virão a adquirir gado proveniente de fazendas em áreas que integrem a floresta tropical amazônica ou de desmatamentos recentes”.

A Braslo também informou que faz auditorias periódicas para se certificar de que seus fornecedores estão realmente cumprindo os acordos firmados com a empresa. Além disso, alegou possuir coordenadas georreferenciadas de seus fornecedores a fim de monitorar se eles estão situados no bioma amazônico.

Com relação aos negócios feitos com o Marfrig localizado no município de Tangará da Serra, a Braslo afirma que não mantém mais relações comerciais com essa planta industrial em específico. “A empresa aprimorou sua política relativa à Floresta Amazônica, passando a adotar os parâmetros do IBGE para a preservação da área definida como Bioma Amazônia. Desde 1º de setembro de 2008, a Braslo utiliza o georreferenciamento para definir as plantas frigoríficas que são suas fornecedoras. Permanecem como fornecedoras cinco plantas do Marfrig, tendo sido excluída a planta do Marfrig em Tangará da Serra (MT), localizada no perímetro definido pelo IBGE como bioma Amazônia”.

No entanto, convém frisar que o compromisso público assumido pela empresa de não comprar produtos oriundos da região é anterior a essa data.

MADEIRA SEM LEI

Apesar de nem sempre ser tão visível quanto o desmatamento causado pelo setor agropecuário, o impacto da indústria madeireira sobre a floresta é brutal. De acordo com estimativas do governo e de organizações ambientalistas, o volume de madeira ilegal da Amazônia que abastece o mercado pode chegar a 90% do total consumido no país.

Também têm sido cruéis os conflitos com comunidades tradicionais e indígenas, quando serrarias clandestinas saqueiam unidades de conservação e territórios das populações locais. São Paulo contribui para o agravamento desse quadro, já que é o principal comprador de madeira serrada da Amazônia.

Toras de árvores cortadas ilegalmente em Altamira (PA), prontas para serem serradas e enviadas para São Paulo

COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS
SÃO PAULO - AMAZÔNIA
Quem se beneficia com
a destruição da Amazônia

18

Carregamento de madeira ilegal aguarda para ser “esquentada” e transportada para os estados do Sul

De acordo com estimativas preliminares do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Amazônia brasileira produzirá legalmente cerca de 35 milhões de metros cúbicos de madeira em 2008. Esse montante representa praticamente o dobro em relação ao ano de 2006, quando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 17,9 milhões de metros cúbicos entraram no mercado nos moldes da lei.

Dados do MMA também apontam que cerca de 12,7 milhões de metros cúbicos de madeira da Amazônia abastecem os mercados de São Paulo. A maior parte desse volume vem processada – madeira serrada, o principal subproduto dessa indústria na Amazônia – por um motivo simples: a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para toras brutas é bem mais alta. A Diretoria de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aponta o Estado de São Paulo como o principal comprador desse item: os paulistas absorvem 23% do que se extrai na floresta. A quantidade representa mais do que a soma do volume adquirido pelos dois estados que aparecem em segundo lugar, Paraná e Minas Gerais, ambos com 11%.

Paralelamente ao comércio “oficial” dos produtos madeireiros, no entanto, o volume de material irregular que ainda abastece o mercado brasileiro continua atingindo níveis astronômicos. Apesar dos esforços do poder público no sentido de intensificar a fiscalização e monitorar a cadeia produtiva do setor, os mecanismos para mensurar o rombo do comércio ilegal ainda não são plenamente confiáveis. No entanto, estimativas do MMA e de organizações ambientalistas dão conta de que 80 a 90% da madeira extraída na Amazônia são ilegais.

O material apreendido nas diversas operações de fiscalização dos órgãos ambientais federais e estaduais é a ponta do iceberg do mercado ilegal. Levantamento preliminar da superintendência do Ibama no Pará, por exemplo, aponta que, no primeiro semestre de 2008, foram apreendidos cerca de 72 mil metros cúbicos de madeira ilegal nas diversas ações do órgão no Estado. Apenas na operação Arco do Fogo, em Paragominas (PA), foram lavrados 101 autos de infração, que totalizaram R\$ 27 milhões em multas, além do embargo de 12 serrarias. Em Rondônia, as apreensões do Ibama, também de acordo com cálculos preliminares, contabilizaram cerca de 35 mil metros cúbicos; e no Mato Grosso a fiscalização estadual, ligada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), apreendeu 19,5 mil metros cúbicos. O Ibama do Mato Grosso ainda não processou os resultados de suas ações, mas a Sema calcula que o volume apreendido pelo órgão federal tenha girado em torno de 30 mil metros cúbicos.

Nos últimos anos, autoridades estaduais e municipais de São Paulo passaram a adotar medidas para tentar restringir o fluxo de produção ilegal. Em setembro de 2007, por exemplo, o governo estadual anunciou que fortaleceria as fiscalizações fronteiriças para barrar carregamentos sem comprovação de origem.

Em âmbito municipal, a ex-prefeita Marta Suplicy baixou portarias impedindo a compra de mogno. Três anos depois, em 2005, o então governador Geraldo Alckmin e o prefeito da capital na época, José Serra, assinaram decretos estaduais e municipais estabelecendo “procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados”.

Os decretos possuem basicamente o mesmo texto. Em linhas gerais, o principal objetivo é assegurar a procedência legal desses materiais, exigindo que eles sejam provenientes de áreas de desmatamento autorizado. Em 2007, tais obrigações foram ampliadas também para os fornecedores de mobiliário e instalações ao poder público municipal.

De acordo com estimativas do Greenpeace na época da assinatura dos decretos, pelo menos um terço da madeira consumida na cidade de São Paulo era comprada pelo poder público através de licitações. A medida tomada pelo ex-prefeito José Serra levou a capital para a lista dos 24 municípios de São Paulo que podem exibir o status de “Cidade Amiga da Amazônia”, programa criado pelo Greenpeace para impedir que os governos municipais alimentem o desmatamento ao comprar madeira de procedência ilegal. No Brasil, outras 11 cidades também já aderiram à iniciativa.

• MADEIRA “ESQUENTADA”

O controle reforçado, entretanto, não tem impedido que empresas criminosas escapem do crivo dos órgãos públicos. Para isso, elas se valem de diversos mecanismos, que compõem a constelação de ilícitudes conhecida como “esquentamento da madeira”. Por meio desse processo, a árvore derrubada de forma ilícita chega a São Paulo totalmente legalizada.

As formas de “esquentar” madeira irregular são surpreendentemente simples. Todas elas partem de um mesmo instrumento: a elaboração do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). Por meio desse documento, o interessado na exploração da madeira realiza um inventário das espécies que pretende derrubar. A partir



Cerca de 80% da madeira que sai da Amazônia é obtida através da exploração predatória dos recursos naturais

de então, se autorizado, recebe créditos florestais, que correspondem à determinada extração, acompanhada sempre da exigência de reposição florestal. Na prática, é uma espécie de conta corrente do desmatamento autorizado. Uma vez realizada a derrubada, o volume é debitado do crédito geral. Caso o débito iguale os créditos, novos desmates não são permitidos.

Uma das maneiras mais utilizadas para burlar esse sistema é aquela em que o madeireiro consegue aprovar um plano de manejo usando uma área que já foi explorada. Depois, graças a essa aprovação, retira árvores de outra área, de forma ilegal, e informa na documentação que as toras saíram da área aprovada.

Outro dispositivo correlato e bastante comum é o desmatamento de áreas não autorizadas a partir da liberação de outros lugares liberados. O sistema funciona da seguinte forma: depois de aprovar o PMFS para um local específico, o Ibama identifica a emissão de guias de transporte de madeira e documentos relativos ao volume desmatado. Porém, quando monitora o polígono por meio de satélites, o órgão verifica que não houve derrubadas na área. Isso indica que o explorador está retirando madeira ilegalmente de determinada área, enquanto utiliza a autorização concedida para outra, na qual a floresta permanece de pé. Isso ocorre muitas vezes para eliminar os custos de frete, quando a autorização foi concedida para regiões distantes dos centros consumidores e industriais.

Outra forma de driblar a lei é fraudar as guias de transporte. Uma única guia chega a ser usada até dez vezes. Com isso, para cada carga legal, outras nove são transportadas usando o mesmo documento. “Essas madeiras são roubadas de áreas públicas e de preservação permanente, por exemplo, onde ainda existem madeiras nobres. Os produtos são vendidos como se tivessem origem legal. Mas, quando vamos fiscalizar, a área de manejo não existe ou não comporta aquela produção”, informa um dos responsáveis pela fiscalização do Ibama no Mato Grosso, Cláudio Cazal.

Na teoria, as serrarias precisam comprovar que a madeira serrada vendida corresponde a uma determinada quantidade de toras provenientes de manejos aprovados. Muitas delas, no entanto, valem-se de índices irreais de aproveitamento para burlar esse controle. Estimativas indicam que, na região amazônica, cerca de 50% das árvores retiradas se perde no beneficiamento – viram pó ou tocos não aproveitados. Para driblar a fiscalização, madeireiras declaram uma quantidade menor de perdas do que a real e utilizam o “crédito” restante para serrar toras que chegam a seus pátios através de caminhos escusos.

• MADEIRA CERTIFICADA

Muitas das empresas que participam de algum estágio do mercado de produtos madeireiros têm utilizado certificações, como a emitida pela Forest Stewardship Council (FSC), como “garantia de ficha limpa” em relação a irregularidades na cadeia produtiva. Mas é preciso cuidado: nem sempre toda a madeira comercializada por uma empresa que detém o selo é certificada.

Entre as fornecedoras de madeira, muitas vezes o mecanismo é utilizado como garantia de responsabilidade social e ambiental, mas há casos em que se deixa de especificar, explicitamente, qual é o percentual de madeira que está certificada e qual é exatamente o lote certificado. O selo, então, torna-se bastante conveniente até mesmo para empresas com extensa ficha de problemas ambientais.

No Brasil, existem dois tipos de certificação: o primeiro é concedido a uma floresta específica, seja ela de árvores nativas ou plantadas, desde que esteja em acordo com a legislação e com princípios e critérios do certificador. O segundo é a certificação de cadeia de custódia, concedida para empresas que vendem produtos feitos com madeira de floresta certificada. O problema é que, em geral, as empresas utilizam apenas uma pequena parcela de material com o selo. “Concretamente, as empresas consomem madeira certificada e não certificada”, informa Leonardo Sobral, coordenador de florestas naturais do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), uma das principais certificadoras brasileiras habilitadas a conceder o selo FSC.

•IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

A produção ilegal de madeira e de produtos madeireiros guarda ligações com uma série de impactos ambientais e sociais, como desmatamento, conflitos com populações tradicionais e utilização de mão-de-obra escrava.

O monitoramento oficial do desmatamento da Amazônia mostra que, entre agosto de 2007 e julho de 2008, houve um aumento de mais de 60% da devastação em relação ao mesmo período de 2006/2007. O dado expõe, por um lado, a ineficiência dos mecanismos de controle do desmatamento e, por outro, um desrespeito criminoso às leis de parte do setor madeireiro. Em 2007, o Ibama aplicou quase R\$ 1 bilhão em multas em ações contra o desmatamento ilegal, mas empresas e produtores seguem reincidindo em crimes ambientais. De 100 multas aplicadas pelo órgão ambiental do Mato Grosso em 2001, apenas 1,7% foi efetivamente pago até 2005.

Arvores cortadas ilegalmente são armazenadas nas proximidades de Anapu (PA), perto do local onde foi assassinada a irmã Dorothy Stang, que denunciava a ação de madeireiras ilegais



Do ponto de vista social, a retirada ilegal de madeira de Reservas Extrativistas e Terras Indígenas tem sido um forte vetor de conflitos e crimes contra comunidades tradicionais e nativas, incluindo ameaças de morte e assassinatos de lideranças. Dentro desse quadro, as carvoarias, em especial, estão frequentemente envolvidas em irregularidades ambientais e são alvos recorrentes de denúncias de exploração de trabalho escravo.

A associação entre carvoarias, desmatamento e trabalho escravo está no dia-a-dia da floresta. Na abertura de novas áreas para atividades agropecuárias, os trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo muitas vezes derrubam a mata a mando dos proprietários de terra. A madeira de baixo valor comercial extraída nesse processo acaba queimada para gerar carvão vegetal. Em muitos casos, o dono da terra “terceiriza” a área para carvoarias que já foram flagradas explorando trabalhadores em condições desumanas, tanto na fase do desmate como na produção do carvão. A produção carvoeira é utilizada como matéria-prima por pólos siderúrgicos como o de Carajás, no Pará, que responde por 25% da produção nacional de ferro-gusa e ocupa região de fronteira da Floresta Amazônica, mas também por outros pólos siderúrgicos ao sul, como os de Minas Gerais.

O último estudo da cadeia produtiva do trabalho escravo conduzido pela ONG Repórter Brasil em 2007 aponta que 12% das propriedades flagradas com mão-de-obra escrava produziam carvão vegetal. A atividade envolveu 253 trabalhadores, segundo a “lista suja” – cadastro dos empregadores que foram flagrados utilizando mão-de-obra escrava. A maioria dessas fazendas está dentro da Amazônia Legal.

• TRAMONTINA

A empresa | Tramontina

Perfil | A Tramontina nasceu de uma modesta serraria criada em 1911, no Rio Grande do Sul. Hoje, fabrica 16 mil itens de utilidades domésticas fornecidos às principais redes de varejo do Brasil. Mas ela também exporta para diversos países, da América Latina aos Emirados Árabes, e suas vendas no mercado internacional giram em torno de US\$ 150 milhões. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Tramontina responde por 15% das vendas de panelas. Em 2007, o faturamento total da companhia alcançou R\$ 2 bilhões. Além disso, ela possui dez plantas industriais no Brasil e centros de distribuição em outros cinco países, empregando ao todo cinco mil funcionários.

O problema | A Tramontina manteve relações comerciais com empresas multadas diversas vezes por beneficiamento e transporte de madeira ilegal.

O caso | Em sua página na internet, a Tramontina informa que vende madeira certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC), o principal selo existente no mundo: “Empresas, como a Tramontina, buscam o FSC para auditar seus processos industriais e garantir ao consumidor livre de dilemas ecológicos no descanso de domingo”.

No entanto, nem todas as suas fornecedoras de matéria-prima têm o mesmo cuidado com a preservação de ricos biomas, como a Amazônia. Duas madeireiras que vendem para a Tramontina, identificadas nesta pesquisa, estão envolvidas em infrações ambientais. A primeira delas é a AgroIndustrial HP, autuada pelo recebimento, armazenamento e transporte de madeira sem autorização. Além desses problemas, ela também incorreu na venda de produtos sem licença regularizada, e extraiu árvores de áreas de preservação permanente – o que é proibido por lei.

A empresa pertence a Hildefonso de Abreu Araújo, prefeito reeleito do município de Abel Figueiredo (PA), que também já foi flagrado cometendo graves violações aos direitos humanos, em outubro de 2006. Em sua fazenda Jesus de Nazaré, localizada em Rondon do Pará (PA), os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego encontraram em situação degradante 21 funcionários que eram coagidos ao serviço por conta de “dívidas” de até R\$ 800,00 que teriam com o gerente da propriedade. Isso porque o salário combinado não era suficiente para quitar as despesas contraídas na cantina da fazenda, o que os obrigava a continuar na lida.

Outra fornecedora da Tramontina é a Acosta e Figueiredo Ltda. Nos últimos quatro anos, ela recebeu nove multas ambientais por diversos crimes, tais como exploração de madeira acima do volume permitido e venda de material em desacordo com a guia de transporte.

Somadas, as multas aplicadas nos últimos anos à AgroIndustrial HP e à Acosta Figueiredo Ltda totalizam quase R\$ 1,5 milhão. Contudo, é preciso deixar claro que nenhuma delas teve área embargada pelo Ibama, o que não diminui em nada a gravidade das infrações ambientais cometidas por ambas.

O que diz a empresa | Em nota, a Tramontina respondeu que tanto a AgroIndustrial HP como a Acosta e Figueiredo Ltda. “cumprem integralmente as exigências feitas para o manejo da madeira”, ao apresentarem a Autorização de Exploração de Produtos Florestais (Autef), fornecida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará – documento que habilita o fornecedor a vender o produto. Além disso, “o compromisso de compra e venda é registrado na secretaria e controlado, via notas fiscais, ou seja, há controle completo do Estado do Pará. Essa operação garante a liberação do registro comercial da madeira e é denominado de AGF3 - guia florestal para transporte de produtos florestais, que acompanha a nota fiscal”.

A Tramontina alega ainda que, “antes de adquirir a madeira, tem acesso às informações fornecidas pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, através de um site que identifica as empresas com problemas ambientais”. Porém, cabe lembrar que tanto a AgroIndustrial HP quanto a Acosta Figueiredo Ltda. foram autuadas em diversas oportunidades, informações disponíveis na própria página do Ibama na internet.

Por fim, a empresa também afirma que assinou um acordo com o Ministério do Meio Ambiente chamado de Pacto Pela Madeira Legal, “preocupada com possíveis falhas na cadeia de suprimento da madeira”. Por meio do instrumento, “será mais fácil identificar as empresas que possuem pendência ou já foram autuadas por órgãos ambientais”.

• INDUSPARQUET

A empresa | IndusParquet

Perfil | A IndusParquet fabrica pisos de madeira. Sua unidade industrial está instalada na cidade de Tietê (SP), e seus produtos atendem tanto o mercado interno – através de pontos de venda em diversas regiões do país – quanto o externo. Atualmente, segundo a empresa, 23 países recebem os pisos da IndusParquet. Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Espanha e países da América Latina são os principais mercados.

O problema | A empresa adquire matéria-prima de produtores com passivo ambiental na região da Amazônia Legal.

O caso | Entre os fornecedores da IndusParquet figuram ao menos quatro serrarias presentes na relação de embargos disponibilizada pelo Ibama: Timberland, L.C. Freitas Escobar e Madeirinha Madeiras, todas de Colniza (MT), além da Madeireira 3R, de Sorriso (MT).

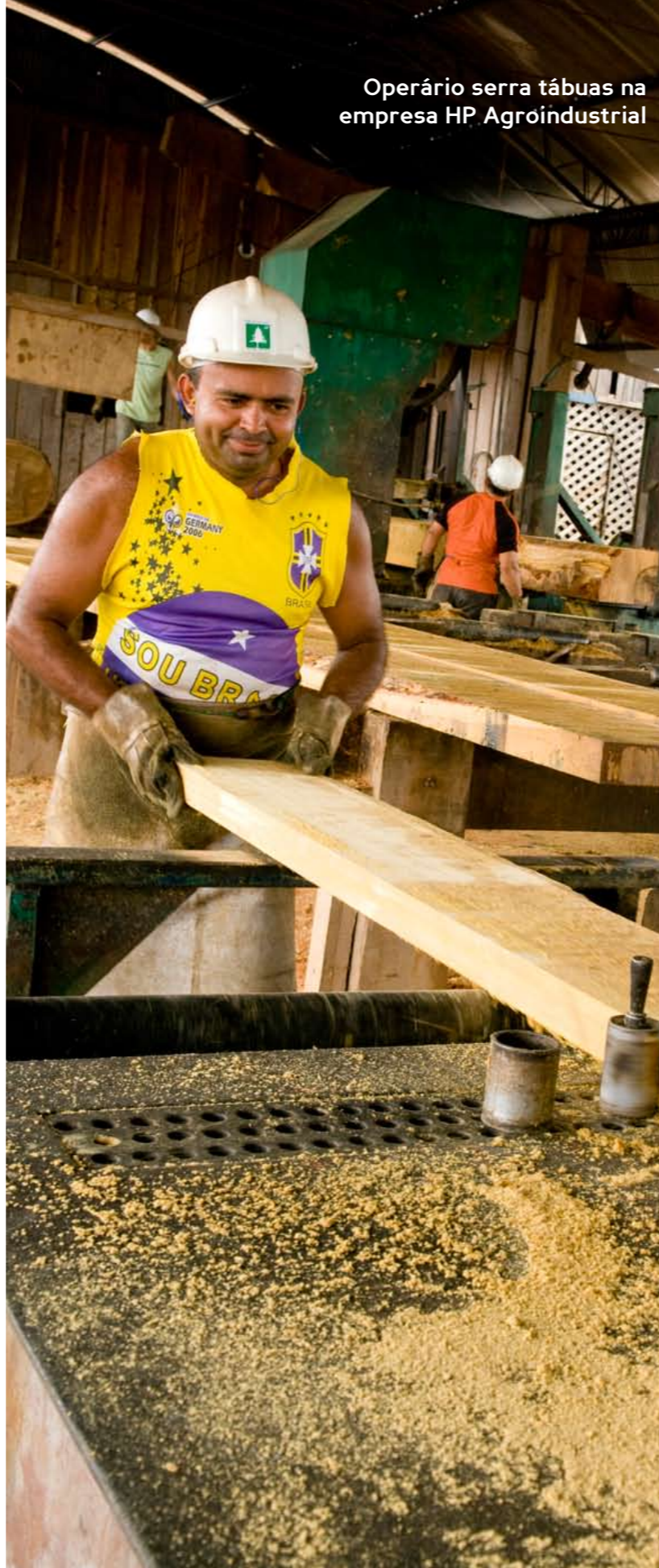
A L.C. Freitas Escobar, por exemplo, já foi autuada por manter em depósito 3,5 mil metros cúbicos de madeira sem licença válida outorgada pelas autoridades ambientais – ou seja, situação à margem dos mecanismos que controlam a procedência do produto. Também recebeu multa por vender 5,5 mil metros cúbicos de madeira irregular.

A Madeirinha Madeiras já foi flagrada incorrendo nesses mesmos delitos. Além disso, já sofreu autuações por transportar madeira sem cobertura de guia florestal, bem como por fazer funcionar sua serraria sem a devida autorização ambiental. A Madereira 3R, por sua vez, tem multas lavradas pelo Ibama por transportar produtos florestais sem documentação de origem legal.

Importante consumidora de madeiras amazônicas como a cumaru e a sucupira, a IndusParquet faz parte do grupo Compradores de Produtos Florestais Certificados, que reúne empresas comprometidas em dar preferência ao consumo de produtos provenientes deste tipo de manejo. Possui ainda áreas próprias de reflorestamento de eucalipto e assoalhos feitos desse material que contam com a chancela do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).

Em São Paulo, a empresa comercializa seus produtos através de duas lojas localizadas nos shoppings D&D e Lar Center. Seus produtos estão presentes em obras como, por exemplo, a Casa Santa Marta (Vaticano), lojas da Louis Vuitton na América Latina e Europa, o Palácio Presidencial da Romênia e o Empório Armani, na capital paulista.

Operário serra tábuas na empresa HP Agroindustrial



O que diz a empresa | A IndusParquet atesta, por meio de sua assessoria de comunicação, possuir meios para garantir que os produtos adquiridos de áreas amazônicas não advêm de práticas ilegais. Um dos procedimentos adotados é a consulta da fornecedora em questão junto à respectiva Secretaria Estadual do Meio Ambiente – órgão responsável pela emissão das guias florestais de transporte. Além disso, a empresa acessa o Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais de Mercadorias e Serviços (Sintegra) e o cadastro da serraria na Receita Federal, verificando, assim, se ela está habilitada para o funcionamento junto a essas instâncias. “Essas são ações que o governo toma para que não haja comercialização de madeira ilegal, todas praticadas pela empresa”, afirma a IndusParquet.

A companhia ressalta ainda que é integrante do grupo de Compradores de Produtos Florestais Certificados, através do qual assume publicamente o compromisso de dar sempre preferência ao produto certificado. “Além disso, a IndusParquet possui certificação de cadeia de custódia”, coloca a empresa. “As serrarias, os fabricantes e os designers que desejam utilizar o selo FSC no seu produto precisam obter o certificado para garantir a rastreabilidade, que integra a cadeia produtiva desde a floresta até o produto final.”

Observação da pesquisa: há procedimentos no mercado para “legalizar” madeira proveniente de desmatamentos ilícitos, vendidas posteriormente com documentação que não corresponde à realidade de sua procedência. Neste contexto, foi indagado à IndusParquet se ela possui políticas de restrição a fornecedores identificados cometendo crimes ambientais, assunto sobre o qual a companhia não se manifestou. A certificação da cadeia de custódia, vale lembrar, corresponde apenas a uma parcela da matéria-prima consumida.

▪ SINCOL

A empresa | Sincol S/A Indústria e Comércio

Perfil | Com matriz em Santa Catarina e filiais em São Paulo, Paraná, Miami (EUA) e Porto Rico, a Sincol está entre as maiores empresas do setor madeireiro no país. Produz portas, janelas, batentes e casas pré-fabricadas, tanto para o mercado interno quanto para a exportação – entre 35% e 40% de suas vendas destinam-se a outros países. Atua através de marcas próprias de portas como Silentia, Sinkit, Indoor e Corta Fogo.

O problema | A empresa controla a madeireira Sulmap Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária, sediada em Várzea Grande (MT), autuada por crimes ambientais e acusada de envolvimento em “grilagem” de terras.

O caso | A Sulmap, fabricante de esquadrias e peças de madeira para instalações industriais e comerciais, é acusada pelo Ministério Público Federal de envolvimento em grilagem de terras, uso de planos de manejo ilícitos e invasão de área indígena em Colniza (MT), onde fica a Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo. O local é palco de conflitos violentos, e a madeireira é acusada de incentivar atividades de associação de posseiros para expulsar os índios do território.

A Operação Curupira, levada a cabo pela Polícia Federal em 2005, trouxe à tona as atividades da Sulmap na região. Na ocasião, cerca de 80 pessoas foram presas por crimes de desmatamento, extração e venda ilegal de madeira na Amazônia. Entre elas, um funcionário da empresa acusado de pagamento de propina para liberação de caminhões trafegando com carga irregular.

Também em outros municípios a Sulmap teve autos de infração lavrados pelo Ibama em seu desfavor. Atualmente, seu nome integra a lista de áreas embargadas disponibilizada pelo Instituto em seu site devido a um terreno de 753 hectares interdito no município de Vera (MT) – em 2006, foi identificado no local desmatamento de floresta nativa em área de reserva legal.

A Sulmap vendeu seus produtos florestais para ao menos duas grandes construtoras de São Paulo entre 2007 e 2008 – a Prese Empreendimentos Imobiliários e a Rovic Bahia Empreendimentos. Elas são responsáveis pela construção de mais de 40 edifícios, muitos deles de alto padrão, localizados em bairros como Morumbi, Brooklin e Moema.

A Sincol é detentora do selo da Forest Stewardship Council (FSC), principal certificação de madeira existente no mundo. Possui tanto áreas de manejo quanto produtos certificados, que não englobam a Sulmap. Em seu compromisso com o FSC, no entanto, o grupo “reconhece que deverá ter uma mesma política em todas as unidades de manejo sob sua administração, mesmo aquelas que não estão abrangidas no escopo do certificado.”

O que dizem as empresas | A Sincol preferiu não se manifestar. A Rovic Bahia afirma não ter relações com a Sulmap e comprar madeira única e exclusivamente da Sincol. Diz ainda que tem preocupação com esse tipo de assunto e que nunca compraria nada de uma empresa que estivesse em situação ilegal. A Prese Empreendimentos Imobiliários disse, através de um funcionário que preferiu não se identificar, desconhecer qualquer problema da Sulmap com o Ibama.



Fiscal do Ibama faz a medição de toras armazenadas em Altamira (PA)

▪ METALSIDER

A empresa | Metalsider

Perfil | Localizada em Betim, pólo automobilístico de Minas Gerais, a empresa tem capacidade para produzir até 360 mil toneladas por ano de ferro-gusa, principal matéria-prima do aço. A Metalsider fornece para a indústria automotiva, e também exporta para Estados Unidos e países da Ásia.

O problema | Um dos fornecedores da Metalsider figura na lista suja do trabalho escravo.

O caso | A Metalsider manteve relações comerciais com a A.S. Carvão e Logística, empresa que aparece na atual edição da lista suja do trabalho escravo por submeter nove funcionários a condições subumanas na fazenda Santa Terezinha, em Nova Ubiratã (MT). A indústria comprou carvão vegetal, que alimenta os fornos da siderúrgica no processo de obtenção do ferro-gusa.

A produção de carvão vegetal é, certamente, uma das atividades mais insalubres e perigosas a que um ser humano pode se dedicar, por conta das altíssimas temperaturas dos fornos que queimam os pedaços de madeira. Porém, os trabalhadores da A.S. Carvão e Logística não tinham equipamentos básicos de proteção individual, como botas e luvas. Além disso, as instalações proporcionadas pelos empregadores eram precárias. De acordo com os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, os funcionários da empresa dormiam em locais sem condições de alojar seres humanos, sem ventilação e iluminação. Além disso, o local onde ficava instalada a cozinha estava infestada de moscas, comprometendo a qualidade dos alimentos e a saúde dos carvoeiros.

Dentre os clientes da Metalsider, aparece a Teksid, também localizada no município de Betim. Ela fabrica peças de ferro fundido, como blocos de motor e discos de freio, que abastecem as principais montadoras de veículos instaladas no país, que fornecem automóveis para a cidade de São Paulo. Mas uma parte considerável também é exportada: cerca de 30% das 300 mil toneladas produzidas por ano são vendidas para Argentina, Estados Unidos e Europa.

A Metalsider fornece ainda para o Grupo Continental, conhecida multinacional de origem alemã que fabrica pneus e outros produtos para a indústria automotiva. A companhia tem unidades industriais e escritórios espalhados em 36 países que empregam cerca de 150 mil funcionários. No ano passado, o faturamento do grupo atingiu 16 bilhões de euros.

O que diz a empresa | Procurada, a direção da Metalsider forneceu as seguintes explicações. “Com relação à empresa A. S. Carvão e Logística, fomos informados que a mesma firmou Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público, já cumprido, e que por isso, a manutenção do nome desta empresa em Lista Suja é um equívoco que está sendo solucionado pela mesma. Desta forma, aguardamos posicionamento desta empresa, inclusive para que exclua o nome daquela lista, sob pena de não mais efetivarmos transações comerciais.”

Observação da pesquisa: em sua resposta, a Metalsider demonstra desinformação sobre o assunto e apenas reafirma estar comprando produtos de um fornecedor que cometeu esse crime. O cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava, conhecido como lista suja, é um cadastro oficial mantido e divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nele são publicados os nomes de empregados que tiveram os processos administrativos de suas autuações transitados e confirmados. O Termo de Ajustamento de Conduta é um acordo feito com o Ministério Público para garantir que a empresa não incorra novamente nas mesmas infrações, e pode prever indenização aos trabalhadores ou à sociedade. Ou seja, mesmo com um TAC firmado, empregadores podem ser inseridos no cadastro, que é instrumento do Poder Executivo para o combate ao trabalho escravo. Uma vez incluída na relação, a pessoa física ou jurídica só tem seus dados retirados depois de dois anos. Isso se ela quitar todas as pendências trabalhistas e previdenciárias, além de não cometer novamente nenhuma irregularidade e passar por monitoramento do poder público.

A reportagem também entrou em contato com a Teksid, que preferiu não se manifestar sobre o caso.

Já a diretoria da Continental emitiu nota oficial pela qual afirma ter “rígidos requisitos corporativos que exigem de todas as nossas plantas, a nível mundial, a certificação ISO 14001 que trata de aspectos ambientais e legais”. A empresa ainda afirma que cobra de seus fornecedores a mesma certificação, e que a Metalsider “tem a ISO 14001 desde 2006 e licença de operação expedida pelo órgão ambiental”. Por fim, a nota ainda afirma que a companhia “reafirma o seu compromisso, expresso através da sua ‘Política Ambiental Corporativa’, de priorizar os interesses humanos e as questões ambientais, sendo mandatário que todos os nossos parceiros e colaboradores sejam obrigados a seguir esses padrões”.

Motosserras apreendidas se avolumam no pátio do Ibama em Marabá (PA)



Garimpeiros do interior do Pará extraem matéria-prima para a indústria automotiva de São Paulo

• MAHLE

A empresa | Mahle

Perfil | De origem alemã, a multinacional se dedica ao desenvolvimento e à fabricação de peças para a indústria automotiva. Sua carteira de clientes engloba as principais montadoras no país e no exterior. No Brasil, a companhia fica sediada no município de Mogi Guaçu (SP) e ao todo emprega mais de 8 mil trabalhadores. No primeiro semestre deste ano, a receita bruta com vendas e serviços da Mahle atingiu cerca de R\$ 929,5 milhões.

O problema | Um de seus fornecedores utiliza matéria-prima oriunda de garimpos localizados em Altamira (PA) que funcionam sem licença ambiental e não respeitam a legislação trabalhista.

O caso | Em um pequeno povoado de difícil acesso conhecido como Vila Canopus, encravado no meio de Altamira (PA), o maior município do Brasil, funcionam diversos garimpos de cassiterita, sem qualquer licença ambiental para operação. Os trabalhadores revolvem a terra, com equipamentos improvisados, à procura da matéria-prima do estanho.

Até o início da década de 1990, o minério era extraído em larga escala por uma subsidiária da gigante francesa Rhodia. Porém, a exploração da cassiterita foi literalmente abandonada pelo grupo, quando as jazidas passaram a não ser mais viáveis economicamente. Hoje, os garimpeiros desesperados à procura de um ganha-pão se submetem a condições bastante precárias. Dormem em barracos de madeira e palha, e estão sujeitos no seu dia-a-dia a todo tipo de acidente, sem qualquer garantia de assistência em caso de algum infortúnio, já que se encontram a centenas de quilômetros de distância de qualquer centro urbano do Sul do Pará. Além disso, passam praticamente o tempo todo encharcados, quando não mergulhados na água barrenta, facilitando o contágio de doenças. Obviamente, ninguém possui carteira assinada.

Em cada trecho de extração do minério trabalham turmas de dez garimpeiros. Cada um recebe 5% do valor total arrecadado com a venda da cassiterita. Já o dono do garimpo, que também é proprietário dos motores, embolsa o restante. Porém, geralmente, ele paga um homem de confiança para tomar conta das máquinas e fiscalizar o andamento da atividade. Parte desses trabalhadores sonha com a possibilidade de montar uma cooperativa para regularizar a situação, e eliminar o atravessador que compra o minério.

A cassiterita da Vila Canopus é comprada por um intermediário que revende para a segunda maior produtora de estanho do Brasil: a Melt Metais e Ligas, localizada em Tiradentes (MG). O material tem vasta aplicação, desde a fabricação de bijuterias até a utilização pela indústria automotiva. Um de seus principais clientes é justamente a Mahle, que fabrica peças para motores, e abastece as principais montadoras no país e no exterior.

O que diz a empresa | De acordo com a gerência de compras da Mahle, a companhia conta com um manual de “Desenvolvimento e Monitoramento de Fornecedores”, com o objetivo “de desenvolver fornecedores que tenham capacidade e intenção de serem parceiros de longo prazo na busca da excelência e no compromisso de seus fornecedores com os princípios de melhoria contínua da qualidade e do meio ambiente. É requisito mínimo de que todos os seus fornecedores possuam seu sistema de qualidade certificado conforme a Norma ISO 9001:2000 e sejam licenciados por órgãos ambientais competentes”. Segundo a Mahle, a empresa Melt Metais e Ligas S.A. possui certificação ISO 9001, para “garantia de qualidade de seus produtos, fornecedores e processos produtivos”.

Além disso, a multinacional de origem alemã afirma ter entrado em contato com a fornecedora de Minas Gerais para solicitar esclarecimentos. A nota de resposta informa ainda que a Mahle “espera” que a Melt Metais e Ligas, “por ter ratificado e firmado o processo de credenciamento de seus fornecedores acima transcrito, não tenha utilizado-se de aquisição de matérias-primas irregulares em seu produto final fornecido à companhia, o que irá permitir o seu descredenciamento, bem como a efetivação de outras medidas legais que se fizerem necessárias”.

A Melt Metais, por sua vez, esclareceu que diante da surpresa causada pelas informações “já providenciou o deslocamento imediato de integrantes de seu setor de qualidade, bem como de seu setor jurídico especializado nas áreas de Direito Ambiental e Direito Trabalhista, para que sejam apuradas as condições, fatos e circunstâncias que deram origem a tais informações. Uma vez constatada qualquer irregularidade, a Melt Metais e Ligas procederá ao rompimento imediato de suas relações comerciais com os responsáveis”.

Plantação de soja nas margens da BR-163, no Mato Grosso: a cultura já representa quase metade da lavoura brasileira de grãos

OURO EM GRÃO

Apesar dos avanços, há ainda um longo caminho a percorrer para que a lavoura da soja em terras amazônicas possa ser considerada satisfatória do ponto de vista socioambiental. Grãos produzidos por fazendas presentes na “lista suja” do trabalho escravo ainda abastecem armazéns. Propriedades e produtores com passivos ambientais também integram a lista de fornecedores de grandes empresas.

Prejuízos aos rios, conflitos fundiários e transtornos a populações indígenas são outras mazelas inegavelmente associadas à rota de ocupação sojeira na Amazônia. Para mudar esse quadro, é necessário, além de incentivar boas práticas, impor restrições econômicas mais efetivas àqueles identificados produzindo através de meios criminosos e insustentáveis.

A soja brasileira é segunda maior do mundo em volume de produção, atrás apenas da norte-americana. Na safra de 2008, estima-se em 21,3 milhões de hectares a área ocupada pela cultura no país, o que corresponde a 45% de toda a lavoura brasileira de grãos, que também é formada por arroz, feijão e café, entre outros.

Seja em forma de grão, farelo ou óleo, a soja é hoje a principal commodity agrícola da pauta de exportações. No primeiro semestre de 2008, foi responsável por 10% do total das vendas brasileiras no mercado internacional. O mercado interno absorve parte da produção – os derivados da soja são utilizados em diversos segmentos econômicos, desde a indústria alimentícia até o biodiesel, passando por produtos de higiene, de limpeza e cosméticos.

Até a década de 1970, as lavouras de soja estavam concentradas nos estados do Sul. Mas as bases sedimentadas pelas políticas de expansão da fronteira agrícola, principalmente em direção ao Centro-Oeste, mudaram este panorama. O Cerrado foi ocupado por migrantes envolvidos em projetos de colonização, em parte sulistas já familiarizados com a cultura da soja. A influência destes agricultores transparece no nome de municípios fundados em áreas de transição para a floresta no Mato Grosso: Gaúcha do Norte, Nova Maringá, Porto Alegre do Norte, Nova Ubiratã...

• MATO GROSSO

A soja ganhou o Mato Grosso como o carro-chefe da atividade agrícola nos anos 1980, quando a produção, organizada em torno da mecanização de grandes propriedades, saltou de 117 mil toneladas/ano para três milhões de toneladas/ano. Na década seguinte, a lavoura se expandiu fortemente no Brasil como um todo, impulsionada pela abertura econômica e pelo fortalecimento do agonegócio exportador. A área ocupada com a cultura praticamente dobrou no país nos últimos 15 anos. E desde 2001, a participação mato-grossense predomina, sendo atualmente responsável por 30% da produção nacional.

O estado campeão da soja é também aquele que detém a maior área de fronteira entre a floresta e outras vegetações – aproximadamente metade de suas terras está no bioma amazônico. Apesar de, historicamente, a expansão do grão ter se dado principalmente no Cerrado, o aumento da demanda no mercado internacional impulsionou, na virada para o século 21, uma maior penetração da cultura na Amazônia. Em número considerável de áreas, a soja tornou-se motivação direta de queimadas e desmatamentos para a conversão em lavoura. Já na safra 2004/2005, de acordo com estudo lançado pelo Greenpeace em abril de 2006, 5% da produção de soja brasileira era proveniente de terras localizadas no bioma amazônico.

Atividades agrícolas no entorno afetam qualidade das águas que chegam ao Parque Indígena do Xingu



• POVOS INDÍGENAS

O agravamento do efeito estufa e as conseqüências climáticas mais óbvias relacionadas à supressão das matas não são as únicas preocupações que remetem ao avanço da soja. Em áreas de expansão da fronteira agrícola, povos indígenas, comunidades tradicionais e assentados também acusam prejuízos advindos da recente convivência com o grão.

O Parque Indígena do Xingu – localizado no Nordeste do Mato Grosso, onde moram cerca de cinco mil índios de 14 etnias – é um exemplo. Dos 19 municípios apontados pelo governo federal como principais focos de desmate naquele estado, seis se localizam em áreas parcialmente integradas à área de proteção. No entorno da região sul do parque, a cultura sojeira é hoje a principal atividade econômica estabelecido.

O impacto hidrológico causado pela atividade é uma das principais preocupações dos índios xinguanos. A demarcação, ocorrida em 1961, deixou de fora, ao sul do Parque, as nascentes dos principais afluentes do rio Xingu. É na calha deste rio e de seus formadores que a maior parte das aldeias está assentada. Devido ao corte da mata ciliar, que barra o depósito de sedimentos trazidos pela chuva, o assoreamento desses afluentes é hoje um problema evidente. E como a cultura sojeira demanda intensa utilização de agrotóxicos, cresceu a apreensão quanto à contaminação das águas que chegam ao território indígena, uma situação ainda carente de estudos conclusivos. Rios mais escuros, episódios de mortandade de peixes e dificuldades crescentes para a pesca são alguns dos efeitos sentidos pelos índios. O peixe é alimento imprescindível para a dieta das populações dentro do Parque.

A seriedade das ameaças impulsionou a criação de uma articulação entre diversos setores para proteger o rio Xingu e suas cabeceiras. Executada por ambientalistas, agentes municipais, produtores, indígenas e assentados, entre outros, a Campanha Y Ikatu Xingu desenvolve, desde outubro de 2004, ações que incluem parcerias pioneiras com fazendeiros de soja para a recuperação das matas ciliares dentro de suas propriedades. A difusão de práticas agrícolas menos danosas ao meio – como, por exemplo, o plantio direto, que diminui a erosão do solo – é outro dos objetivos da campanha. Apoiador da iniciativa, o Grupo André Maggi é o único participante entre as grandes empresas do chamado Complexo Soja.

Projeções climáticas indicam que, com o aumento do desmatamento, a tendência é de redução das chuvas na região. Mas na fala de alguns dos habitantes do Parque do Xingu, a percepção de estações secas mais rigorosas já é uma realidade. Segundo os kisêdjê, que habitam a Terra Indígena Wawí, na margem leste do Parque, sinais da natureza utilizados para prever o ciclo hídrico estão ficando “bagunçados” – como, por exemplo, o florescimento e a queda de flores que indicam o fim e o início da estação chuvosa. Mudanças desse tipo trazem transtornos e dificuldades devido à perda de parâmetros para a organização das atividades agrícolas e outras práticas internas, baseadas justamente em sinais da natureza.

Na Terra Indígena Pimentel Barbosa, distante 100 km do Parque Indígena do Xingu – área de transição do cerrado para a floresta amazônica, onde vivem cerca de dois mil índios xavantes –, a situação da fauna é uma das principais preocupações. Os xavantes são caçadores e, devido à diminuição das matas nativas, cresceu nos anos 1990 uma percepção de rareamento das espécies de maior porte. Além de base protéica da alimentação, a carne de espécies como queixada, veado e tamanduá é componente central de cerimônias inerentes à cultura do povo, incluindo as celebrações de casamentos.

Atualmente, há em Pimentel Barbosa temores relacionados à segurança alimentar da caça consumida, já que os animais circulam fora da terra indígena e estão sujeitos à ingestão de água e alimentos com agrotóxicos. “Tivemos um caso em uma área Xavante no município de General Carneiro (MT) onde mataram uma queixada que estava com a carne cheia de gordura. Quando comeram, todos tiveram disenteria e morreu uma criança”, conta Paulo Cipassé, cacique de uma das oito aléias localizadas na Terra Indígena.

• TRABALHO ESCRAVO E DESMATAMENTO

Apesar da intensa mecanização da soja no Centro-Oeste demandar profissionais com melhor remuneração, práticas de empregos temporários sem o cumprimento dos direitos trabalhistas e casos de trabalho escravo continuam acontecendo principalmente no momento de abertura de novas áreas de lavoura. Análises baseadas nos relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que a principal atividade exercida por trabalhadores reduzidos a escravos na lavoura de soja é a catação de raízes, que antecede a preparação do terreno para a semeadura.

Criada em novembro de 2003, o cadastro de empregados flagrados com mão-de-obra escrava, a chamada “lista suja”, abrigou até hoje ao menos 14 propriedades produtoras de soja. Entre estas, sete estão em municípios total ou parcialmente integrantes do bioma amazônico, sendo cinco no Mato Grosso, uma no Pará e uma no Tocantins. Estes dados evidenciam a existência de uma relação concreta

entre a utilização de trabalho escravo na soja – geralmente associado à abertura de novas áreas ou à adaptação de antigos pastos – e a expansão da lavoura em áreas no Arco do Desmatamento.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que congrega a indústria de soja no Brasil, é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Compradoras de soja – ADM do Brasil, Bunge, Caramuru, Cargill e Grupo André Maggi – também são signatárias individuais do compromisso. “Tolerância zero” com o trabalho análogo ao escravo também é parte dos compromissos assumidos pelo setor através da Moratória da Soja, um acordo firmado em julho de 2006. Sob pressão de ambientalistas e do mercado internacional, a Abiove e suas associadas se comprometeram na ocasião a não comercializar nenhuma soja oriunda de áreas que forem desflorestadas, após esta data, dentro do bioma amazônico. O acordo, originalmente válido por dois anos, foi renovado em julho de 2008, passando a vigorar por mais 12 meses.

Responsável pelo monitoramento da Moratória, o Grupo de Trabalho da Soja, composto por ONGs ambientalistas (Conservação Internacional Brasil, Greenpeace, IPAM, TNC e WWF Brasil) e representantes empresariais do setor, organizou ações de campo para identificar se ocorreu o plantio do grão nas terras desflorestadas entre agosto de 2006 e junho de 2007. Um mapeamento de 193 áreas nos municípios cultivadores de soja no Mato Grosso, Pará e Rondônia, realizado por uma empresa contratada, não constatou a presença da cultura em nenhuma delas. Concluiu-se, então, que a soja produzida na safra 2007/2008 não é originária de desmatamentos recentes no bioma amazônico.

Contudo, o informe enviado à sociedade sobre a moratória não faz menção a critérios de avaliação trabalhista. De acordo com monitoramento do Comitê Gestor do Pacto Nacional, tradings receberam soja de fornecedores flagrados com trabalho escravo e que estiveram na “lista suja” do governo federal, mesmo após terem assinado o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e a Moratória (ver abaixo).

ONGs envolvidas com a Moratória ressaltam que, apesar dos resultados positivos do monitoramento de campo, persistem fatores de risco, visto que a forte elevação dos preços das commodities agrícolas, ocorrida nas safras recentes, pode estimular o desmatamento de novas terras. “Além disso, verificou-se que ocorreram desmatamentos em áreas vizinhas às áreas já utilizadas, atualmente, para produção de soja, o que pode indicar uma potencial utilização futura”, ressalta comunicado do GT da Soja. É importante notar que, das 193 áreas desmatadas analisadas, 16 apresentavam cultivo de arroz – cultura que, via de regra, antecede o plantio de soja em novas terras na região.

Apesar do seu envolvimento com a Moratória, a Abiove defende que a soja não pode ser considerada um importante vetor do des-

Ação do governo federal liberta trabalhadores escravizados em fazenda de gado no Sul do Pará

Trabalhador escravo mostra, com a mão machucada por agrotóxicos, a água que eles bebiam. Ele já havia perdido um dedo na serraria da fazenda



matamento na região amazônica. Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a entidade argumenta que apenas 1,1 milhão de hectares do bioma, ou 0,3% do total, eram ocupados pela soja na safra de 2005 – naquele ano, as estatísticas oficiais indicavam que aproximadamente 17% da cobertura vegetal amazônica já havia sido desmatada.

A participação do Complexo Soja nas dinâmicas do desmatamento, no entanto, precisa levar em consideração o impacto indireto causado pela cultura ao ocupar terrenos antes voltados a outras atividades, especialmente a pecuária, que tendem a seguir para áreas ainda florestadas. A Moratória também não garante mecanismos para que a soja do Cerrado tenha origem plenamente legal do ponto de vista ambiental ou trabalhista.

• NOVAS FRONTEIRAS

Para além das terras mato-grossenses, outras regiões fronteiriças – ou internas – ao bioma amazônico também fazem parte da rota atual de ocupação do grão. No Tocantins, durante a safra de 2006/2007, plantou-se soja em 12 municípios total ou parcialmente inseridos no bioma amazônico, englobando um perímetro de cerca de 32,5 mil hectares – que correspondem a 0,15% da lavoura nacional do grão. Já nos campos de Roraima, iniciou-se,

em 2004, projetos ainda incipientes de produção sojeira, executados por agricultores oriundos do Centro-Oeste e baseados em incentivos estaduais. Em municípios paraenses próximos ao Mato Grosso, como Redenção e Santana do Araguaia, o grão também já está presente.

Cortado pela BR-364, rota de escoamento da soja de através do rio Madeira, em Porto Velho (RO), Rondônia viu crescer em dez vezes sua produção de soja nos últimos dez anos, atingindo 90 mil hectares plantados em 2007 – maior área, segundo o IBGE, entre os estados do Norte. Do rio a soja chega a estruturas portuárias no Amazonas, de onde vai para o Oceano Atlântico. Esta mesma rota impulsiona a presença incipiente do grão em alguns municípios no Sul amazonense. Há locais onde inclusive já surgem queixas de comunidades indígenas relativas à suposta contaminação de igarapés por agrotóxicos.

Em Rondônia, mesmo antes da chegada da soja, a BR-364 tornou-se importante vetor do desmatamento – a partir década de 1970, iniciou-se forte ocupação das suas margens pela pecuária e pela indústria madeireira. Justamente por conta desse tipo de histórico, perpassam hoje por outra estrada associada ao Complexo Soja os debates sobre desenvolvimento sustentável em áreas amazônicas. Trata-se da BR-163, ligação entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA). A rodovia foi criada durante a ditadura militar, mas permanece sem asfalto na maior parte de seu trecho paraense.

Reivindicação antiga do setor sojeiro, a pavimentação da BR-163 é um dos projetos prioritários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Através dela, busca-se um caminho curto e barato para levar a soja ao mercado internacional – às margens do rio Amazonas, Santarém está muito mais próxima do Atlântico em comparação com a rota via rio Madeira.

O temor de que o asfalto traga mais desmatamento e pressão fundiária na Terra do Meio, afetada pela rodovia, acendeu o sinal de alerta entre ambientalistas e entidades representantes dos chamados “Povos da Floresta”. Faz parte das políticas oficiais para a região o Plano BR-163 Sustentável, que prevê, entre outras medidas, o ordenamento territorial e o apoio a práticas agrícolas sustentáveis na área de influência da rodovia. A execução do Plano, no entanto, é alvo de críticas por parte de organizações da sociedade civil. “Houve poucos e irrelevantes avanços em relação à regularização dos assentamentos já existentes, tampouco a criação de novos”, afirma carta de lideranças socioambientais divulgada em julho deste ano, durante evento organizado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Justamente por sua posição estratégica, Santarém e municípios do entorno tornaram-se um pólo regional de produção de soja a partir de 2003, ano da construção do porto graneleiro da Cargill



Armazéns graneleiros de grandes grupos econômicos marcam presença em diversos municípios da Amazônia Legal

no município – questionado devido a lacunas no cumprimento da legislação ambiental, o porto enfrenta embates judiciais para permanecer funcionando. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia na região “inúmeros conflitos sociais promovidos pela chegada da soja”, entre eles a pressão de grileiros em três comunidades indígenas e áreas como a Gleba Nova Olinda, onde vivem famílias de agricultores.

A CPT opõe-se à Moratória da Soja por entender que ela não atende aos interesses das populações locais onde a cultura é plantada. Segundo relatório apresentado em agosto pela entidade, o acordo serviu apenas aos interesses dos representantes do agronegócio que precisavam de um marketing junto aos consumidores da Europa, onde havia ameaça de boicote a produtos ligados a soja da Amazônia. “As instituições envolvidas na Moratória reconhecem que esta não é uma solução única e muito menos definitiva”, diz nota divulgada pelo GT da Soja, em resposta à CPT. O documento defende, no entanto, que os compromissos estabelecidos vão muito além de quaisquer outros anteriormente assumidos por setores econômicos que também causam impactos ao bioma amazônico.

• GRANDES NEGÓCIOS

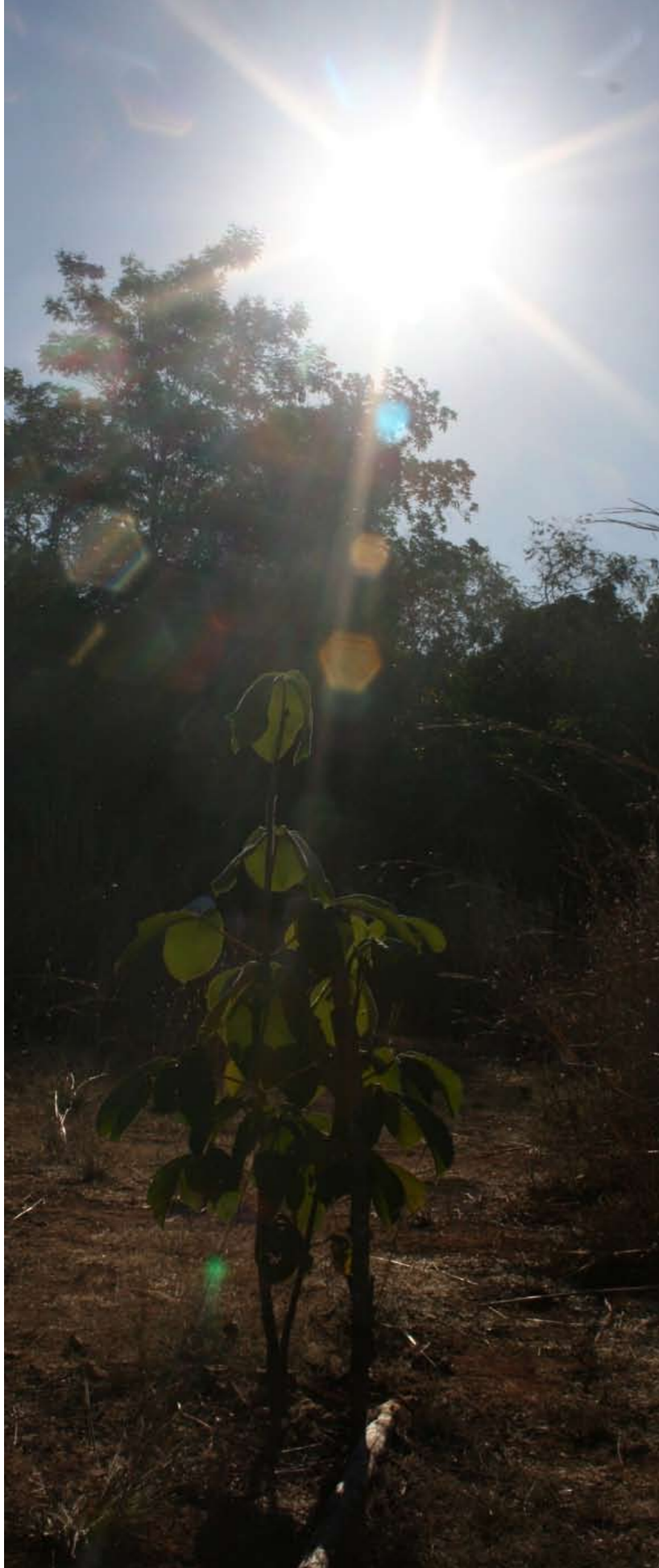
As cinco maiores empresas exportadoras em atividade no Mato Grosso pertencem ao Complexo Soja. Juntas, foram responsáveis por mais de 61% das vendas do estado no exterior nos oito primeiros meses de 2008 – pela ordem, Bunge Alimentos (23,03%), Cargill Agrícola (12,96%), ADM do Brasil (11,38%), Amaggi Exportação e Importação (8,42%) e Louis Dreyfus Commodities Brasil (6,17%). Em 2008, todas ampliaram no MT suas receitas com comércio exterior, principalmente as três primeiras: 93%, 106% e 111% de acréscimo, respectivamente, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Além de atuar na compra, armazenamento e venda do grão, as tradings também processam parte da matéria-prima em fábricas localizadas na Amazônia Legal. Produzem farelo de soja, óleo e, atualmente, está em expansão a indústria de beneficiamento de biodiesel a partir desta oleaginosa. Também estão envolvidas na venda de insumos, possuindo marcas próprias como, por exemplo, Manah e Serrana, da Bunge Fertilizantes, e Mosaic, da Cargill. Prestam consultorias para produtores, voltada ao planejamento da lavoura, e compram, além da soja, outros produtos, como o milho, o girassol e o algodão – frequentemente cultivados em consórcio nas fazendas sojeiras da Amazônia Legal.

Assim como a Cargill, o Grupo André Maggi possui estrutura portuária própria na Amazônia, que inclui braços em Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM) para viabilizar o escoamento via rio Madeira. A Amaggi, aliás, também atua diretamente no plantio de soja: sua maior fazenda, a Tanguro, com 72 mil hectares, localiza-se em área amazônica.

Soja amazônica chega ao mercado paulistano na forma de biodiesel e de vários produtos da indústria alimentícia





O financiamento de produtores é outra atividade fundamental desempenhada por estas empresas para viabilizar a cadeia produtiva do grão. Segundo dados divulgados pela Associação dos Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso (Aprosoja), 53% do financiamento para a safra de 2007/2008 veio dessas tradings, que, via de regra, disponibilizam, além de dinheiro, insumos a serem pagos posteriormente com a produção. Tais recursos chegam também a produtores localizados na floresta. Em 2004, por exemplo, dados divulgados pelo Grupo André Maggi indicavam que, naquele momento, 39 propriedades de seus pré-financiados (ou 7,9% do total) estavam em áreas de ecossistema amazônico, enquanto que 77 (15,6%) estavam em áreas de transição.

Parte significativa da matéria-prima processada pelo Complexo Soja chega ao mercado consumidor paulistano, direta ou indiretamente, na forma de produtos que compõem a indústria alimentícia. O farelo de soja, por exemplo, é componente fundamental da ração animal que alimenta, aves, suínos e bovinos. Azeite e óleo feitos a partir do grão, com base na soja plantada na Amazônia Legal, também chegam às prateleiras paulistanas. Isso sem falar na grande quantidade de alimentos industrializados que contém proteína de soja em sua fórmula – salsichas, hambúrgueres, sucos, iogurtes, etc. Já o biodiesel é adquirido pela Petrobras e posteriormente revendido às distribuidoras, que o leva aos postos de gasolina em todo o país.

• RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O Comitê Gestor do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo reconhece avanços alcançados pelas tradings de soja para evitar a presença deste crime em suas cadeias produtivas. Uma boa prática verificada é a introdução de cláusulas contratuais que estabelecem o fim do relacionamento comercial com empregadores que utilizaram trabalhadores em condição de escravidão. Outra é a verificação da “lista suja” antes da efetivação de novos negócios. Ainda assim, em casos envolvendo produtores pré-financiados, permanecem situações em que empresas continuam recebendo grãos produzidos como pagamento por débitos anteriores.

Problemas continuam existindo. Em abril de 2007, por exemplo, a Bunge adquiriu produção do agricultor Leandro Mussi, que, cinco meses antes, havia ingressado na “lista suja”. Em 2004, um grupo de 53 trabalhadores foi libertado na Fazenda Aeroporto, sua propriedade em Sinop (MT), enquanto preparavam o terreno para o plantio. Além de identificar retenção de salários, acomodações inadequadas, falta de água potável e jornadas nunca menores que 12 horas diárias, a fiscalização encontrou três adolescentes trabalhando no local – um deles menor de 16 anos.

A Bunge informa que, quando propriedades presentes no cadastro estão comprovadamente em processo de regularização perante seus dividendos trabalhistas, não interrompe a liberação de recur-

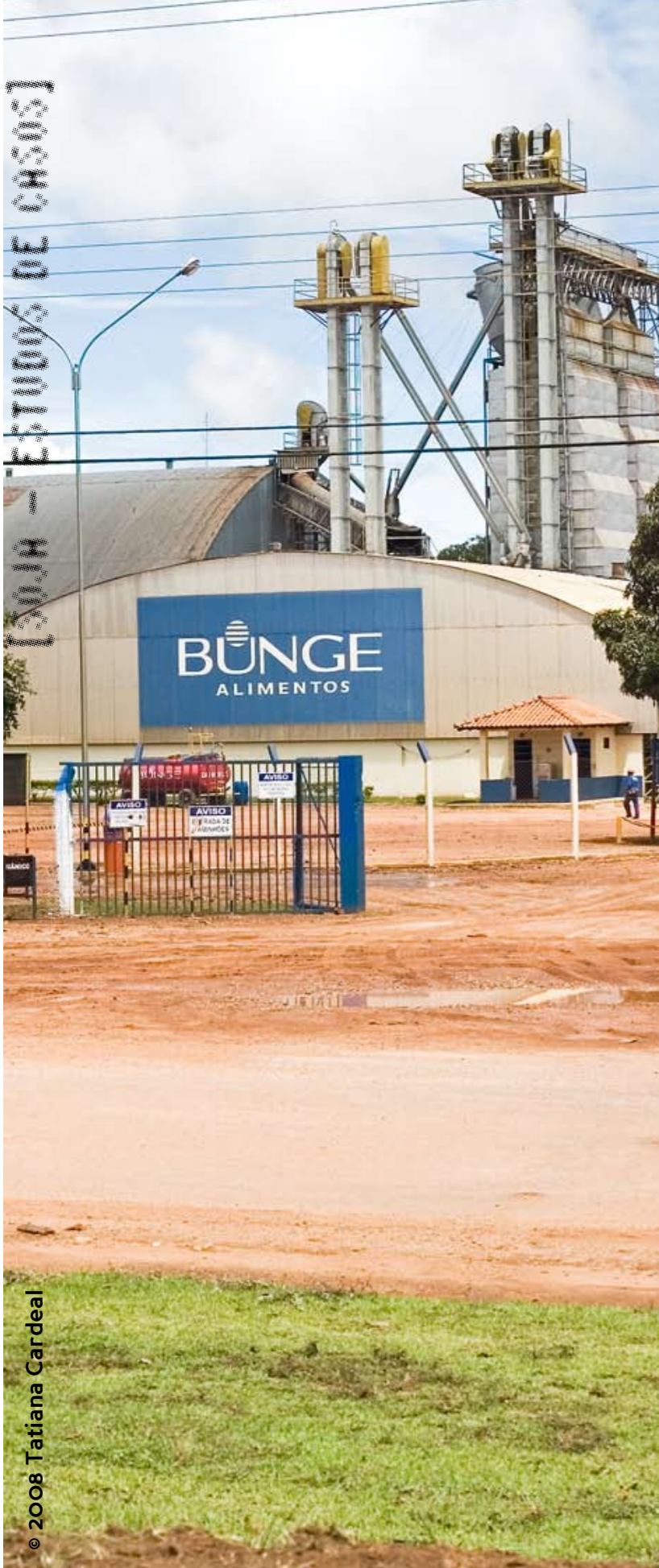
sos se isto se faz necessário para não levar à falência o empreendimento. O Comitê Gestor do Pacto Nacional defende o corte de comercialização com todos os relacionados na “lista suja”, sem exceções. E que o sinal verde para a retomada de negócios deve depender da saída do produtor desse cadastro de infratores.

Na esfera do meio ambiente, os resultados positivos apresentados pelo monitoramento da Moratória da Soja não significam, por sua vez, que matérias-primas de produtores com passivo ambiental na Amazônia estejam totalmente ausentes da cadeia produtiva das grandes empresas. Tanto a ADM do Brasil quanto a Bunge adquiriram este ano soja produzida por agricultores presentes na lista de embargos que o Ibama disponibiliza em seu site. A Caramuru, por sua vez, comprou girassol de produtor presente na relação.

Os compromissos assumidos pelos signatários da Moratória não se resumem a impedir que produtos de novos desmatamentos cheguem aos grandes compradores. Um dos objetivos manifestos da articulação é também buscar meios para garantir que a cadeia de fornecimento do setor seja composta por fazendas em dia com a legislação ambiental. Em outubro de 2006, por exemplo, as entidades da sociedade civil que integram articulação definiram uma proposta comum de plano de trabalho, em que uma das ações acordadas foi buscar a definição de prazos para que cada empresa exija de seus fornecedores adequação ao Código Florestal Brasileiro.

Apesar dos avanços em restringir compras de escravagistas, produtores da “lista suja” ainda abastecem grandes empresas





• BUNGE

A empresa | Bunge Alimentos

Perfil | Sediada na Holanda, a empresa atua, em território brasileiro, tanto na produção de insumos quanto na fabricação de produtos para consumo final na indústria alimentícia. Obteve, em 2007, faturamento de US\$ 8,1 bilhões no Brasil. Tais números, 23% maiores em relação ao ano anterior, colocam a Bunge Alimentos na 14ª posição entre maiores empresas do país em vendas, de acordo com o anuário Melhores e Maiores da revista Exame. A multinacional holandesa também atua na produção de fertilizantes.

O problema | A Bunge adquiriu soja de fazenda com área embargada pelo Ibama.

O caso | Eurydes Ceni, pai do goleiro Rogério Ceni, é proprietário da fazenda Dona Dozolina, localizada no município de Santa Carmem (MT). Em junho de 2007, o Ibama embargou uma área de 230 hectares da propriedade, onde foi constatado desmatamento a corte raso sem autorização do órgão competente. A fazenda possui uma área total de cinco mil hectares, onde se produzem milho e soja.

Em junho deste ano – ou seja, um ano após o embargo, que ainda permanece em vigor – ele vendeu à Bunge soja plantada na fazenda Dona Dozolina. Além de exportar o produto,

a empresa possui, em Rondonópolis (MT), uma esmagadora que processa parte dos grãos adquiridos em terras mato-grossenses. De lá chegam às redes de supermercados na cidade de São Paulo diversos lotes do óleo Soya, uma das principais marcas vendidas no país. Os óleos de soja das marcas Pão de Açúcar e Compre Bem também são produzidos pela Bunge.

O que diz a empresa | Através de sua Direção Corporativa de Comunicação, a Bunge afirma que consulta, a cada negociação, a relação de embargos disponibilizada pelo Ibama, tomando as devidas providências a fim de não adquirir matéria-prima plantada em tais áreas. Em relação a Eurydes Ceni, a empresa afirma que, segundo documentação apresentada, inclusive com fotos aéreas e referências de GPS, a área embargada não é área de produção de soja.

Além disso, a Bunge ressalta ser signatária da Moratória da Soja, assumindo, portanto, o compromisso de não comercializar soja plantada em terras desmatadas entre julho de 2006 e julho de 2009 no bioma amazônico.

Sobre questões trabalhistas, a Bunge reitera que possui cláusulas específicas reservando-se o direito de rescisão unilateral caso haja confirmação de práticas irregulares nas fazendas. A empresa também destaca seu envolvimento com ações para a promoção de boas práticas socioambientais junto a produtores.

Silos da Bunge ao longo da BR-163, região Norte do Mato Grosso



• ADM DO BRASIL

A empresa | ADM do Brasil

Perfil | Terceira maior entre as tradings de soja que atuam no Brasil, a Archer Daniels Midland Company (ADM) foi fundada em 1902 nos Estados Unidos. Além de atuar na exportação de grãos e farelo de soja, a empresa fabrica, em território nacional, biodiesel e produtos para a indústria alimentícia local. Seu faturamento em 2007 foi de US\$ 2,6 bilhões. Neste ano, foi a 77ª maior empresa em atuação no país em vendas, de acordo com o ranking “Melhores e Maiores” da revista Exame.

O problema | A ADM do Brasil manteve relações comerciais com produtor autuado por crimes ambientais na floresta amazônica.

O caso | Vilson Miguel Vedana, dono de um armazém e de fazendas em Nova Ubiratã (MT), cultiva soja e milho em áreas no entorno da rodovia MT-242, que liga Sorriso (MT) ao município. Uma de suas propriedades é a fazenda Desejado, que ocupa área de 1,7 mil hectares.

Desde agosto de 2007, ela está interdita pelo Ibama e faz parte da lista de embargos divulgada no site do instituto. Lá foi identificada a prática de atividades agrícolas sem a devida licença ambiental, fato que gerou multa de R\$ 20 mil ao produtor. Além disso, na fazenda Desejado II, contígua à citada, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente aponta desmatamentos sem autorização entre 2001 e 2003. Eles teriam ocorrido em área de reserva legal, em desacordo com a manutenção dos 80% exigidos para propriedades no bioma amazônico.

Na safra 2007/2008, ADM do Brasil adquiriu soja produzida por Vilson Miguel Vedana em Nova Ubiratã. Grande parte do grão adquirido pela multinacional no Mato Grosso é processado em Rondonópolis (MT), onde ela possui um dos maiores complexos industriais do setor no país. Atualmente, suas instalações na cidade também detêm a quarta maior capacidade nacional de fabricação de biodiesel. Através dos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a empresa já vendeu 67,8 milhões de litros do produto, que chega, misturado ao diesel, nos postos de todo o país.

A unidade da ADM do Brasil de Rondonópolis também utiliza a soja para produzir óleo de cozinha. A empresa possui uma marca própria – a Corcovado – presente nas prateleiras de supermercados paulistanos e, além disso, o óleo de soja da marca Sadia também é envasado nas plantas industriais da ADM do Brasil.

O que diz a empresa | A ADM do Brasil afirma que tem como procedimento, antes do início de cada negociação, consultar tanto a “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como a lista do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para conferir qualquer irregularidade de seus fornecedores. “No caso de o produtor estar citado em quaisquer das listas, as negociações são interrompidas e a ADM envia uma correspondência para que ele adote medidas de regularização junto a esses órgãos.”

Em abril de 2008, quando foi disponibilizada na Internet a lista de embargos do Ibama, o nome de Vilson Miguel Vedana já constava no cadastro. Na última atualização consultada pela pesquisa (10/10/2008), sua presença também foi verificada. A ADM do Brasil diz, no entanto, que o mesmo não se dava à época da relação comercial com o produtor. “O fornecedor em questão, Vilson Miguel Vedana, arrendatário das Fazendas Desejado I e Desejado II, não constava na lista do Ibama no dia 11/06/2008, mês no qual foram realizados negócios entre a empresa e o produtor. O contrato com a ADM foi realizado no dia 05/06/2008 e finalizado no dia 13/06/2008”, coloca a ADM, através de sua assessoria de comunicação.

A empresa reitera ainda que preza pelo desenvolvimento sustentável e segue todas as normas de mercado e de preservação ambiental no que diz respeito à compra de matérias-primas. E ressalta ser uma das maiores empregadoras do Centro-Oeste em época de safra, contando com mais de 27 mil funcionários em todo o mundo.

• CARAMURU

A empresa | Caramuru Alimentos

Perfil | Fundada em 1964, a Caramuru é a maior empresa do setor graneleiro no país com capital 100% brasileiro. Atua na fabricação de produtos industrializados de grãos para consumo animal, industrial e final. Atualmente, possui unidades de negócios em sete estados: Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará. A companhia tem capacidade para processar 1,6 milhão de toneladas de soja e 677 mil toneladas de milho por ano, além de refinar 230 mil toneladas de óleos de soja, milho, girassol e canola. Em 2007, seu faturamento em vendas foi de US\$ 831 milhões, crescendo 16% em relação ao ano anterior.

O problema | Foi identificada adquirindo girassol de produtor autuado por desmatamento em diferentes propriedades.

O caso | Integrante do GFN Agrícola, grupo familiar responsável pelo plantio de grãos em dezenas de milhares de hectares no Mato Grosso, Carlos Vian possui passivos ambientais registrados tanto pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema-MT) quanto pelo Ibama. Em 2006, o órgão estadual o autuou por desmatamento na fazenda Santa Bárbara III, localizada em área de floresta no município de Brasnorte. Já em janeiro de 2008, Vian foi alvo de multa lavrada pelo Ibama no valor de R\$ 360 mil. Desta vez, o motivo foi a supressão da mata nativa em 71,7 hectares de reserva legal na Fazenda Nova Fronteira, em área de cerrado do mesmo município. Essa última infração colocou Vian na lista de embargos que o Ibama disponibiliza na Internet.

Em julho de 2008, a unidade de Itumbiara da Caramuru (GO) comprou girassol produzido por Vian em Brasnorte. Sediada neste mesmo município goiano, a companhia fabrica, entre outras coisas, óleo de cozinha à base de girassol. Além de comercializar o produto através de marca própria – a Sinhá –, a Caramuru também é responsável pelo refino do óleo de girassol da marca Carrefour, vendido em São Paulo (SP). Os produtos são vendidos em redes de supermercados que operam na capital.

O que diz a empresa | A Caramuru ressalta que o girassol adquirido foi cultivado em outra propriedade de Carlos Vian, que não as citadas anteriormente, mas também localizada no município de Brasnorte. Além disso, informa que os seus contratos com fornecedores possuem cláusula através do qual o produtor se compromete em ter sua produção agrícola respaldada pela legislação ambiental vigente, bem como a não utilizar mão-de-obra infantil ou em condição análoga à escravidão.

• SÃO JOÃO ALIMENTOS

A empresa | São João Alimentos

Perfil | Fundada em 1968, a empresa atua no beneficiamento, seleção, padronização e empacotamento do produto. Além do arroz, também comercializa feijão, grão de bico, lentilha e outros grãos. Possui frota própria de caminhões, através da qual leva seus produtos a estabelecimentos varejistas de diversos municípios paulistanos, incluindo a capital. Arroz das marcas Patéko, Empório São João, Baviera, Taiô-Mai e Billy são vendidos em redes de supermercado que operam na cidade de São Paulo.

O problema | A São João Alimentos comprou arroz de produtor autuado por desmatamento ilegal.

O caso | Valdir Antonio Grando, agricultor residente em Rio Verde (GO), é dono da fazenda Gabriela, no limite com o Parque Indígena do Xingu. Em 2006, ele foi autuado pelo desmate de 495 hectares nessa propriedade, localizada em área de bioma amazônico. O município de Querência (MT), onde a fazenda está instalada, é uma das principais áreas de expansão de culturas graneleiras sobre áreas originalmente ocupadas por florestas. Está na lista dos 36 municípios campeões do desmatamento divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2007, sacas de arroz produzidas na fazenda Gabriela abasteceram a São João Alimentos, instalada no município de São José do Rio Pardo (SP). Em regiões como Querência, o arroz é usado para “amansar” a terra após o desmate, ou seja, muitas vezes é a primeira safra produzida após a abertura de novas áreas, visto que a terra ainda precisa de correção química antes de receber outras culturas, como a soja. A fazenda Gabriela também produz este grão.

Outra autuação recaiu sobre Grando em abril de 2008. Desta vez, o Ibama embargou uma área de 1,8 mil hectares desmatada ilegalmente na fazenda, além de multar o seu proprietário em R\$ 2,7 milhões. Este produtor ocupa atualmente a 99ª posição na lista dos maiores desmatadores divulgada pelo MMA – justamente por conta dos crimes identificados em Querência.

O que diz a empresa | Procurada, a São João Alimentos não se manifestou.

Fazenda de Valdir Antônio Grando, um dos cem maiores desmatadores brasileiros de acordo com o MMA

Instalações da Vale para extração de níquel em Ourilândia do Norte (PA): de acordo com o Incra, a mega-mineradora comprou irregularmente lotes de assentados na área de retirada da matéria-prima

INVESTIMENTO DE RISCO

Desde os tempos da ditadura militar, quando o processo de colonização e de “integração” da Amazônia ganhou fôlego, generosos financiamentos de instituições públicas e privadas vêm bancando o desenvolvimento de atividades produtivas na floresta. Ao longo da história, essa injeção de recursos não levou em conta os impactos socioambientais desses empreendimentos.

Atualmente, os bancos já não ignoram mais as pressões pela adoção de critérios sustentáveis na hora de conceder crédito aos produtores. Em se tratando de Amazônia, então, essa necessidade ganha ainda mais destaque devido à comoção mundial para a preservação do bioma brasileiro.

Nos últimos anos, governo e setor financeiro vêm criando mecanismos para conter a devastação acelerada pela expansão da fronteira agrícola. No caso da Amazônia, algumas providências foram tomadas mais recentemente. Uma das mais relevantes se deu em fevereiro de 2008, quando o Banco Central, por meio do Conselho Monetário Nacional, baixou a Resolução 3.545, fechando o cerco sobre os produtores em situação irregular em municípios do bioma amazônico.

De acordo com a medida, que entrou em vigor em 1º de julho, quem quiser ter acesso a recursos de instituições financeiras públicas ou privadas para custear sua produção precisa apresentar obrigatoriamente documentos que comprovem a regularidade do registro fundiário de sua fazenda, além das licenças ambientais autorizando a exploração. Se o produtor já tiver conseguido o crédito, a liberação do financiamento pode até acabar suspensa definitivamente caso ocorra o embargo da área, sem que as pendências ambientais sejam sanadas em até 12 meses.

A determinação, concebida por influência direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tenta apagar um fogo que ainda arde com a própria ajuda do governo. A relação entre dinheiro público e desmatamento aparece nitidamente em instrumentos como o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), do qual o Banco da Amazônia (Basa) é gestor.

Um estudo feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) sobre o setor da pecuária bovina de corte mostra que produtores desse segmento – reconhecidamente dos que mais contribuem para a devastação da floresta – foram contemplados com R\$ 1,89 bilhão do FNO, desde o início da gestão de Lula até 2007.

Não há um sistema adequado de controle, e levando em conta o acelerado ritmo de abertura de novas pastagens na região norte do país nos últimos anos, fica difícil comprovar que todos os pecuaristas da região seguem à risca o que reza a legislação.

A Resolução 3.545 descontentou expoentes políticos do agronegócio como Blairo Maggi, governador do Mato Grosso. O mandatário que é também grande produtor de soja chegou a afirmar em reunião do 1º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizada em junho de 2008, que a restrição de crédito por irregularidade ambiental atingiria 45% da área agrícola e 42% da produção de seu estado – evidenciando o grau de irregularidade do setor.

Com dois meses e meio de vigência da resolução, os financiamentos públicos concedidos pelo Basa e pelo Banco do Brasil despencaram até 15% nesse período. Por outro lado, a procura de produtores para regularizar a situação fundiária de suas terras aumentou em 60%, de acordo com projeção de Carlos Minc, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O condicionamento do crédito a exigências de sustentabilidade é relativamente recente. Um dos marcos mais importantes para a consolidação desse debate se deu quando a International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e o holandês ABN Amro promoveram um encontro internacional em outubro de 2002. Executivos de importantes bancos estiveram reunidos para definir uma série de fatores que deveriam ser levados em conta para garantir o financiamento de atividades produtivas mais responsáveis, tanto do ponto-de-vista social como ambiental.

Os critérios então debatidos deram origem, em 2003, ao que passou a ser chamado de Princípios do Equador – que tratam basicamente da proteção à biodiversidade e à diversidade étnica e cultural, respeitando os direitos de populações indígenas e combatendo a exploração criminosa de mão-de-obra e o trabalho infantil. Também prevêem medidas de incentivo ao uso racional de recursos naturais e ao uso de fontes de energia renováveis.

Quatro empresas brasileiras – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco – são signatárias dos Princípios do Equador. Mas, de acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que congrega as 29 maiores empresas públicas e privadas do setor, a preocupação com esse tema é partilhada por mais associados. A própria entidade já tomou iniciativas nesse sentido.

Em dezembro de 2005, por exemplo, o presidente da Febraban assinou uma declaração de intenções pela qual recomendava aos associados a restrição de crédito àqueles que figurassem na “lista suja” do trabalho escravo, cadastro oficial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que torna públicos os nomes dos produtores flagrados pela prática desse crime. Segundo o último Relatório Social da organização (elaborado a partir de 2007), “65,4% de 26 instituições consideram aspectos socioambientais para a concessão de créditos, privilegiando projetos que promovam o desenvolvimento sustentável”.

Desde dezembro de 2003, os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não emprestam para empregadores relacionados na “lista suja”. Em seguida, os bancos públicos federais passaram a verificar essa relação antes de conceder qualquer modalidade de crédito ou financiamento. Hoje, alguns bancos privados também incorporaram a prática e não emprestam para quem foi flagrado explorando mão-de-obra escrava. Permanecer sem apoio financeiro para a produção durante dois anos (prazo mínimo de permanência no cadastro) pode inviabilizar empreendimentos dependendo do seu nível de capitalização ou da sua capacidade de buscar recursos através de tradings ou da própria indústria. Ou seja, a ferramenta tem sido muito útil para evitar que empresários criminosos continuem obtendo apoio para produzir e escoar sua produção.

Em agosto, outro acontecimento mostrou o crescimento da importância desse assunto na agenda do setor financeiro brasileiro. Cinco bancos federais assinaram um “Protocolo Verde”, em cerimônia que contou com a presença do presidente e de oito ministros na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em Brasília. Pelo documento, eles se comprometem a levar em consideração os impactos de custos socioambientais nas análises de riscos de clientes e de projetos de investimentos. Apesar de largar na frente na discussão e adoção de critérios ecologicamente corretos, a ação da IFC já foi alvo de ponderações críticas do próprio Banco Mundial. Divulgado em julho deste ano, um relatório interno do Bird destacou que a supervisão da ação ambiental corretiva nos projetos financiados pela IFC na Amazônia é “inadequada e requer monitoramento independente”. O documento alerta para a necessidade de avaliar aspectos mais amplos do desmatamento na região amazônica para o apoio de projetos.

• PRODUÇÃO

A Amaggi – braço no setor graneleiro do Grupo André Maggi, da família do governador do Mato Grosso – recebeu US\$ 30 milhões da IFC em 2004 para a construção de silos e pré-financiamento de fornecedores. Apesar de reconhecer esforços da empresa para melhorar seus processos de monitoramento e mitigação, seja em suas fazendas de soja, seja em áreas de terceiros, o relatório observa que 40% das compras da Amaggi não são objeto de qualquer controle. Tal constatação suscita cuidados, uma vez que a trading é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e está presente em regiões com propriedades sojicultoras embargadas pelo Ibama.

Algumas empresas signatárias do Pacto Nacional, entre elas a Amaggi, vem buscando estender as restrições comerciais também aos escravagistas que obtiveram liminares na Justiça para sair da “lista suja” – concedidas, via de regra, em ações que contestam a legalidade do cadastro em si. A dificuldade para monitoramento, no entanto, oferece brechas que permitem a continuidade do escoamento da produção de áreas flagradas com trabalho escravo. Valmor da Cunha, proprietário da fazenda Floresta, entrou na “lista suja” em julho de 2006 e obteve uma liminar na justiça pouco tempo depois. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou inclusive que um trabalhador foi ameaçado de morte na área. Em julho de 2008, a Amaggi adquiriu soja desse produtor, provavelmente por não ter conhecimento de que ele está excluído da relação por liminar.

Armazéns da Amaggi, que recebeu recursos do IFC para suas atividades



**Caminhões carregados de bois atravessam o rio Xingu.
Frigoríficos lideram encabeçam a lista dos financiados pelo BNDES**



A IFC também já foi colocada em xeque devido à liberação de recursos para a cadeia bovina no bioma amazônico. Em março do ano passado, 33 entidades de defesa do meio ambiente - como Greenpeace e WWF - questionaram um empréstimo de US\$ 90 milhões que a instituição vinculada ao Banco Mundial liberou para o grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos do Brasil. O dinheiro está sendo aplicado na ampliação da capacidade da empresa de processamento de carne e couro de bovinos na Amazônia. Na avaliação dos ativistas, que enviaram uma carta à direção do IFC contestando o negócio, o crescimento da atividade do Bertin na região poderia agravar ainda mais problemas como desmatamento, grilagem de terras e utilização de mão-de-obra escrava. Em entrevista à Repórter Brasil, o IFC rebateu as críticas dizendo que as cláusulas previstas para a liberação do dinheiro ajudariam o Bertin a melhorar o padrão de seus fornecedores.

O Bertin também conseguiu apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre setembro de 2007 e agosto deste ano, o frigorífico encabeçou a lista das principais contratações do principal banco estatal de fomento. O Bertin tem à sua disposição R\$ 2,5 bilhão para consolidar seu plano de internacionalização, bem como ampliar a capacidade de suas fábricas.

Outros dois gigantes do segmento de processamento de carne bovina, e com presença marcante na Amazônia, também foram contemplados por financiamentos do BNDES, no mesmo período. O JBS-Friboi, maior frigorífico do mundo em capacidade de abate, e o Marfrig, que abriu seu capital no ano passado na Bolsa de Valores de São Paulo, aparecem respectivamente na segunda e terceira posições, deixando claro o avanço do segmento da pecuária de corte no Brasil, que vem crescendo principalmente no Norte do país. Vale lembrar que, de acordo com a pesquisa de cadeia produtiva da pecuária bovina feita por este estudo, ambas as empresas mantiveram relações comerciais com propriedades que apresentaram problemas.

A injeção desses recursos públicos não é vista com bons olhos pelos ambientalistas. “Fundamental é evitar que o crédito continue fomentando a devastação. A tarefa principal é condicionar o financiamento à cadeia, não só ao produtor. Se o BNDES ou o Banco Mundial continuarem a subsidiar obras de infraestrutura que estimulam a grilagem ou a ampliação da capacidade dos frigoríficos, sempre haverá alguém na ponta com uma motosserra”, afirmaram Roberto Smeraldi e Fábio Feldmann, da diretoria da ONG Amigos da Terra, em artigo publicado em fevereiro deste ano, na Folha de S. Paulo.

Outro projeto polêmico que conta com financiamento do BNDES é a exploração das jazidas de níquel, localizadas em três municípios do Sul do Pará, pela Mineradora Onça Puma – subsidiária da Vale. Em abril do ano passado, o banco de fomento concedeu o maior limite de crédito rotativo de toda a sua história para a Vale. O montante chegou a R\$ 7,3 bilhões. Mas o dinheiro não será aplicado integralmente na extração do níquel, que deve começar já no primeiro semestre de 2009, consumindo um investimento total de cerca de U\$S 2,3 bilhões. O projeto Onça Puma integra uma lista com outros 17 empreendimentos da mineradora que tem amparo do BNDES.

Desde julho passado, a Vale trava uma briga na Justiça com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por conta do projeto Onça Puma. A procuradoria do órgão federal entrou com uma ação solicitando a suspensão das atividades da mineradora, acusada de comprar ilegalmente, entre 2003 e 2007, lotes em assentamentos próximos da jazida de níquel. Além disso, alguns dos moradores que venderam as terras alegam que foram coagidos a aceitar a oferta da empresa.


O problema é que a Vale deveria ter feito a negociação diretamente com o Incra, já que as áreas pertencem à União e não aos assentados, que têm apenas uma espécie de direito de uso da área. No documento de defesa entregue à Justiça Federal no Pará, a empresa reconhece que não possuía autorização formal para a compra dos lotes. Porém, alega que se baseou numa expectativa de direito, já que o órgão federal tinha conhecimento das transações, e que estava apenas adiantando o processo de desocupação da área de seu interesse, antecipando-se à burocracia do Incra. A Vale obteve vitória em primeira instância, mas a procuradoria do órgão federal recorreu e o caso agora segue para Brasília.

Há casos também de financiamento direto ao infrator. Em outubro de 2004, o produtor Elton Renato Hollenbach Zimpel obteve recursos do Finame Agrícola – programa para a aquisição de máquinas e equipamentos do BNDES. Em parceria com familiares de Nova Ubiratã (MT), adquiriu três colheitadeiras avaliadas em R\$ 1,4 milhão. No ano seguinte, foi multado por desmatar floresta nativa na fazenda Vó Ruth e, em 2006, sofreu nova autuação por destruir área de preservação. A área de 1,4 mil hectares foi embarcada pelo Ibama. Para completar o quadro, um mês após receber recursos do BNDES, Zimpel foi fiscalizado pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), numa ação que gerou o resgate de 13 trabalhadores em condições degradantes e indenizações trabalhistas no valor de R\$ 25 mil.

O Banco do Brasil financiou, no início da década, a compra de 360 matizes e dez reprodutores bovinos em favor do pecuarista Eder Politano, criador em Peixoto de Azevedo (MT). Anos depois, em 2008, ele foi autuado por desmatar floresta e instalar empreendimento agropastoril sem autorização ambiental em Marcellândia (MT), município vizinho. Os recursos para a aquisição dos animais vieram do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN).

Os impactos sociais e ambientais que podem ser gerados por obras de infra-estrutura de grande porte motivaram a articulação de 20 organizações sociais, reunidas na chamada Plataforma BNDES. Em setembro, essas organizações enviaram uma carta ao principal banco de fomento do país solicitando a não aprovação dos pedidos de financiamento de hidrelétricas. Esses projetos se encontram em fase de análise pela instituição, e chegam à casa dos R\$ 14 bilhões. As entidades também chamam a atenção para o fato de que existem pelo menos quatro Ações Cíveis Públicas que colocam em xeque a sustentabilidade dos empreendimentos. Vale lembrar que a geração de energia elétrica na Amazônia conta com aporte de instituições financeiras públicas e privadas.

Outro problema em discussão hoje na região é a questão das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso tem concedido licenças para operação das usinas, mas há populações tradicionais que questionam a sua instalação. Em fevereiro deste ano, por exemplo, entrou em operação a usina Paranatinga II, a primeira (PCH) da cabeceira do rio Xingu. O projeto chegou a ser paralisado por ação do Ministério Público Federal, que contesta as bases do licenciamento ambiental da obra. A usina é controlada pela Atiaia Energia, que conta com o apoio financeiro do Unibanco, Santander, Banco Real e Bradesco por meio de linhas de crédito rotativo no valor total de aproximadamente R\$ 50 milhões. Além de poluição e de prejuízos à flora, indígenas temem que a construção de barragens afete o ciclo de vida dos peixes, base alimentar local. A usina possui um sistema de canais para viabilizar a migração dos cardumes na época da piracema, que não remove a apreensão dos ambientalistas. A Atiaia Energia afirma que cuidados com o meio ambiente são prioritários desde o início do empreendimento e que a reprodução de peixes não será prejudicada.



Carvoeiro que trabalha na região de Carajás, Pará

CONEXÕES SUSTENTÁVEIS
SÃO PAULO ◊ AMAZÔNIA
Quem se beneficia com
a destruição da Amazônia

41

Considerações finais

Grilagem de terras, corte ilegal de madeira, avanço de pastagens, monocultura agrícola e mineração predatória são os principais combustíveis da devastação da Amazônia. Em nome de um suposto progresso econômico e da geração de empregos, a floresta vem abaixo, quase sempre sem levar em conta as questões ambientais e a responsabilidade social. O manejo sustentável é uma exceção e o exemplo clássico é a madeira: ao menos 80% das árvores são derrubadas de forma predatória.

Povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores estão no topo da lista dos que saem perdendo. No entanto, essa relação é ainda mais longa, uma vez que não só o Brasil, mas o planeta inteiro é afetado pela exploração inconseqüente dos recursos naturais, já que a floresta em pé é decisiva para a manutenção da qualidade de vida de milhões de pessoas. Entre outras funções vitais, ela regula o regime de chuvas e a temperatura média de uma extensa área do globo.

Se tanta gente sai perdendo, quem ganha com a destruição da Amazônia? Essa foi a pergunta que originou este estudo e motivou esta pesquisa, que identificou exemplos de cadeias de responsabilidades ligadas ao problema.

A destruição da Amazônia tem uma forte relação com a economia de mercado. Na ponta da cadeia produtiva, diversos atores se beneficiam. Madeireiras, frigoríficos e agroindústrias estão diretamente ligadas ao problema, pois compram de fornecedores que estão na linha de frente do desmatamento. Posteriormente, distribuem produtos industrializados para uma ampla rede de compradores. O resultado final chega à casa dos paulistanos. Supermercados vendem carne produzida por frigoríficos que, por sua vez, compraram gado de fazendeiros que cometeram crimes ambientais e trabalhistas. Prédios são construídos com madeira oriunda de produtores que já foram flagrados destruindo a floresta.

Multinacionais que vendem produtos de madeira certificada, e que se dizem preocupadas com o aquecimento global, podem adquirir matéria-prima de uma madeireira multada nove vezes nos últimos quatro anos por desrespeitar a legislação ambiental? Supermercados podem comercializar carne comprada de um frigorífico que abate gado oriundo de produtores flagrados por desmatamento ilícito e trabalho escravo? Restaurantes podem vender hambúrgueres de produtores do bioma amazônico quando seus documentos de responsabilidade social avisam o consumidor de que isso não acontece? O poder público pode realizar obras de infra-estrutura com madeira comprada de uma empresa que se relaciona com madeireiras que atuam em áreas embargadas e são acusadas de crimes ambientais?

Tais perguntas precisam de respostas imediatas. A responsabilidade social empresarial deve ser exercida em sua plenitude e não apenas em ações de marketing social ou de filantropia. O consumidor precisa urgentemente ser educado e se educar para não comprar, sob nenhuma condição, produtos que tenham crimes ambientais e trabalhistas em sua cadeia de produção. O governo precisa tornar eficiente sua capacidade de fiscalização, educação e repressão às ações criminosas. O poder judiciário deve se agilizar e fazer o que for necessário para evitar que um processo por destruição ambiental ou por trabalho escravo se arraste por anos. Os agentes financiadores, públicos e privados, não podem mais injetar recursos em processos predatórios, seja através de compras públicas ou de financiamento à produção.

O ato da compra é um ato político poderoso. Através dele damos um voto de confiança para a forma pela qual determinada mercadoria é produzida. Um exercício democrático que não é exercido apenas a cada quatro anos, mas no nosso dia-a-dia. E que pode ditar o destino da maior floresta tropical do mundo e de sua gente. Ou seja, também cabe a cada um de nós, paulistanos, decidir o futuro da Amazônia.



Glossário

• **Amazônia Legal** | criado pelo governo federal na década de 1950, o conceito tem como objetivo orientar o planejamento econômico e a execução de políticas públicas para a região. Nesse sentido, é norteado por uma noção político-administrativa, e não por um critério estritamente geográfico, já que em seu território não existem áreas apenas do bioma amazônico, mas também do bioma cerrado, por exemplo. Atualmente, a Amazônia Legal é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, além de partes de Goiás, Maranhão e Tocantins. Ela ocupa quase 60% do território Brasileiro.

• **Bioma Amazônico** | área de 4,1 milhões de quilômetros quadrados composta primordialmente pela vegetação da floresta nativa amazônica propriamente dita. Nesse rico bioma, com regime de chuvas abundantes, encontra-se mais de um terço das espécies existentes no planeta, de acordo com a organização ambientalista WWF.

• **Cadeia de responsabilidades** | termo utilizado para o acompanhamento das relações entre diferentes agentes envolvidos em um processo. Se uma empresa compra produtos de um fornecedor que, por sua vez, obtém matérias-primas obtidas de forma ilegal, essa empresa contribui para financiar produtores que atuam de forma predatória. Se uma empresa só compra de fornecedores que obtém insumos de forma sustentável, contribui para financiar estruturas econômicas socialmente e ambientalmente responsáveis.

• **Embargos ambientais** | ao constatar infrações ambientais em determinado local ou atividade, as autoridades competentes podem optar pela sua interdição. No meio rural, são comuns as áreas embargadas pelo Ibama quando nelas é constatado desmatamento ilegal – elas ficam, portanto, impedidas de utilização para fins agropecuários. Também é possível lavrar o embargo da própria atividade de uma fazenda, serraria ou outros empreendimentos potencialmente poluidores. Isso normalmente ocorre quando não há respaldo legal para sua operação, devido, por exemplo, à ausência de licença ambiental. Atualmente, a lei estabelece que é crime “adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido sobre área objeto de embargo.” A lista de embargos do Ibama está disponível para consulta na Internet (siscom.ibama.gov.br/geo_sicafi).

• **Lista Suja** | publicado pela primeira vez em novembro de 2003, o cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava ficou conhecido como “lista suja”. A inclusão do nome do infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, acontece após o final de um processo administrativo criado pelos autos de infração lavrados pelo grupo móvel de fiscalização - compostos por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, por procuradores do Ministério Público do Trabalho e por delegados e agentes da Polícia Federal. A exclusão, por sua vez, depende de monitoramento do infrator pelo período de dois anos. Se não houver reincidência do crime, forem pagas todas as multas e quitados os débitos trabalhistas e previdenciários, o nome será retirado. A atualização da lista é semestral e pode ser acessada no site do ministério (www.mte.gov.br) ou no do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (www.pactonacional.com.br).

• **Madeira certificada** | é aquela proveniente de áreas com selo comprobatório de manejo sustentável. Existem dois tipos de certificação, a da floresta e a do produto. A certificação florestal garante que os produtores estão utilizando a floresta de forma correta, obedecendo a regras pré-determinadas de sustentabilidade ambiental e social. A certificação do produto acontece quando uma empresa ou associação quer provar sua origem sustentável.

• **Manejo Sustentável** | segundo a Organização de Agricultura e Alimentos (FAO), manejo sustentável é a conservação de recursos naturais e o repasse de tecnologias de modo que assegurem a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Ou seja, não degrada o ambiente, é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável. No caso do agronegócio, a sustentabilidade pode ser alcançada mediante a manutenção da produtividade com a introdução mínima de insumos externos (suplementos alimentares, fertilizantes e antibióticos) e a não-degradação dos recursos naturais e da diversidade biológica.

• **Reserva Legal** | área dentro de uma propriedade rural que, de acordo com a lei, não pode ter sua vegetação suprimida, sendo seu uso permitido somente na forma de manejo florestal sustentável. No bioma amazônico, a reserva legal exigida corresponde a 80% da propriedade. Nas áreas de bioma cerrado dentro da Amazônia legal, esse percentual é de 35%. Nas demais regiões do país, de 20%.